



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Thaynara Alvarenga Trinxet

**AS BANDEIRAS OFICIAIS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
E A CONSTRUÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS**

Rio de Janeiro

2018

Thaynara Alvarenga Trinxet

**AS BANDEIRAS OFICIAIS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
E A CONSTRUÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS**

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador (a): André Dantas

Co-orientador (a): Carolina Dantas

Rio de Janeiro

2018

*“Quem come do fruto
do conhecimento é
sempre expulso de
algum paraíso”.*
(Melanie Klein)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar algumas semelhanças e diferenças históricas relativas à construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. A pesquisa terá como foco uma análise comparativa da bandeira nacional do Brasil com a bandeira nacional dos Estados Unidos, tomadas como símbolos oficiais da nação no contexto do século XIX e início do XX. Para isso, serão problematizados e utilizados dois conceitos: nação e identidade nacional. A pesquisa apresenta como base metodológica a abordagem qualitativa, com ênfase na revisão crítica da bibliografia específica e na leitura crítica externa e na leitura crítica interna dos textos verbais e não verbais.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Estados Unidos; Brasil; Símbolos Nacionais.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - <i>Mayflower Compact</i>	22
Figura 2- <i>Rattlesnake Flag - Don't Tread On Me</i> (Bandeira da Cascavel – Não mexa comigo).....	28
Figura 3- Declaração de Independência das 13 colônias (4 de julho de 1776)	30
Figura 4- Bandeira da Grande União (1775)	33
Figura 5- George Washington e Betsy Ross com sua bandeira	34
Figura 6- Bandeira das treze estrelas (1777)	34
Figura 7- A bandeira das treze estrelas (1777)	35
Figura 8- A bandeira das 15 estrelas (1795)	36
Figura 9- Primeiro projeto de Debret para a bandeira do Brasil independente em 1820	39
Figura 10- Bandeira do Principado do Brasil, 1645	42
Figura 11- Esboços da bandeira do Império brasileiro, por Jean-Baptiste Debret	43
Figura 12- Bandeira oficial do Império do Brasil, 1822	44
Figura 13- Bandeira dos Estados Unidos do Brasil, 1889	48
Figura 14- Bandeira sugerida por Fávila Nunes	49
Figura 15- Bandeira Brasileira, 1889	51
Figura 16- Disposição das Estrelas de acordo com cada Estado da União após lei n° 8.421	52
Figura 17- Última versão da Bandeira do Brasil	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
07	
1 – NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL: CONCEITOS E CONTEXTOS	
13	
2 – UMA ANÁLISE DAS BANDEIRAS DOS ESTADOS UNIDOS E DO BRASIL.....	
19	
2.1 – O PROCESSO DE INVENÇÃO DA BANDEIRA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS SUA INDEPENDÊNCIA	
21	
2.2 – OS PROCESSOS DE INVENÇÃO DAS BANDEIRAS NACIONAIS DO BRASIL NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA	
38	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

No dia 7 de setembro de 2017 foi comemorado no Brasil o Dia da Independência, feriado nacional desde 1826 (KRAAY, 2007). Em Brasília, ocorreu um desfile cívico para celebrar a data. O desfile contou com a presença de quase 20 mil pessoas nas arquibancadas, as quais receberam da organização da festa bandeirinhas do Brasil (CARVALHO; RODRIGUES, 2017). O atual Presidente da República, Michel Temer, foi escoltado até o local junto com a primeira-dama, Marcela Temer, e seu filho, Michelzinho. Contudo, Temer abriu mão de alguns atos já considerados tradicionais para a Presidência da República, como o desfile em carro aberto e o uso da faixa presidencial. Alguns senadores e governadores acompanharam Temer com o intuito de assistirem juntos ao desfile na tribuna de honra. O desfile também contou com a presença dos alunos do colégio Militar de Brasília, de colégios públicos, de estudantes dos programas Escola-Comunidade e Ginástica nas Quadras e performances de grupos culturais da capital do país, além das apresentações das forças militares (Marinha, Aeronáutica e Exército), como a Esquadrilha da Fumaça ao final do evento (CARVALHO; RODRIGUES, 2017).

Após o fim das celebrações, o protesto do “Grito dos Excluídos” ocorreu como de costume desde 1995. Segundo a PM, o ato reuniu cerca de 200 pessoas, e também foi pacífico. Durante a manifestação, participantes hastearam bandeiras de partidos como PT e PCdoB, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) e do movimento Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) (CARVALHO; RODRIGUES, 2017). Havia também bandeiras com a frase “Fora Temer”.

Assim, no Brasil, acontecem festas cívico-militares em todas as capitais, sempre organizadas pelo Estado. E, a maior parte dos brasileiros vê esse dia como apenas um feriado, ou seja, um dia que não se trabalha, utilizado, em geral, para atividades de lazer e descanso. Além disso, é raro ver a presença de bandeiras ou execuções espontâneas do hino nacional. A exceção costuma ser a Copa do Mundo.

Já nos Estados Unidos, o dia da Independência é comemorado no dia 4 de julho, feriado nacional. Neste ano de 2017, em Washington DC¹, o 4 de julho foi celebrado durante o dia

¹ **Washington, D.C.** é a capital e o distrito federal dos Estados Unidos. D.C. é a abreviatura de **Distrito de Colúmbia** (District of Columbia, em homenagem a Cristovão Colombo), onde a cidade está localizada. O nome oficial da cidade em inglês é apenas Distrito de Colúmbia, sendo usuais as designações Washington, "The District"

inteiro, com atividades festivas em vários pontos da cidade. As pessoas procuraram chegar cedo para não perder nenhum momento e, a partir de uma breve análise das fotos desse dia, é possível afirmar que as pessoas levavam suas próprias bandeiras do Estados Unidos e vestiam roupas com as cores da bandeira.

O 4 de julho começou com o desfile do Dia da Independência na *Constitution Avenue*: essa atração é considerada a mais importante, contando com a presença de bandas marciais, dos militares e de forças especiais (COOPER, 2017). Durante as comemorações ao longo do dia, ocorreu no *National Mall Folklife Festival*, um festival que é constituído por apresentações de dança, culinária, contos folclóricos e discussões sobre questões culturais. Os programas de 2017 incluíram: Arte dos Circos e Folclore Americano e discussões sobre a questão de como as “tradições culturais são transformadas quando as pessoas e as comunidades migram” (COOPER, 2017). Ocorreram também alguns shows gratuitos pela cidade, como por exemplo, *A Capitol Fourth Concert* e o *Concert on the Washington Monument Grounds*. Ao final das celebrações, teve lugar a esperada queima de fogos de artifícios fechando, assim, o dia. O público lotou os pontos principais de Washington, e até mesmo da Virgínia, algumas pessoas conseguiram assistir ao espetáculo (COOPER, 2017). Não foi encontrado nos jornais registros do quantitativo de indivíduos que participaram das celebrações e se autoridades oficiais estavam presentes.

O dia 4 de julho é uma ocasião de muita festa para os americanos, com muitas atividades cívicas e culturais por todo o país e, mesmo aqueles americanos que aproveitam o feriado para ir à praia e não desfrutam dos eventos cívicos, levam suas bandeiras em homenagem ao aniversário da independência do país. Aliás, a bandeira nacional é algo bastante presente no cotidiano dos norte-americanos:

Non tem como não ver. Em território americano, a bandeira do país está em todos os lugares. Dentro das casas e do lado de fora também. Está nas ruas, nos carros, lojas, igrejas e até mesmo nos cemitérios. Nas rodovias, aparentemente, no meio do nada, lá está ela. Nos vestuários, alimentos, pontes e barcos. É possível fazer uma festa completa, tendo a bandeira, suas estrelas, listras e cores como tema central. Todas as escolas americanas exibem a sua própria bandeira azul, vermelha e branca. Às vezes, mais de uma. Grande ou pequena, nas casas mais simples ou nas mansões, no mastro, pintada ou esculpida na madeira... A bandeira do país faz parte da vida de todos, nos EUA. Todos: americanos, imigrantes e turistas (TEREZINHA, 2015).

Tendo em vista as semelhanças e diferenças entre a comemoração da Independência dos dois países no ano de 2017, pode-se notar que a tradição de celebrar “nacional” continua viva, embora de formas bastante diferentes.

Este trabalho tem como objetivo analisar as semelhanças e diferenças históricas relativas à construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos, com ênfase na bandeira nacional. Sendo assim, é necessário compreender a construção da bandeira nacional do Brasil e dos Estados Unidos como símbolo nacional oficial e, por fim, comparar o processo de construção e os significados deste símbolo nacional nos dois países indicados ao longo dos séculos XIX e XX a luz do conceito de identidade nacional. A análise do material empírico buscará responder às seguintes perguntas: Como podemos compreender as diferenças e as semelhanças entre a construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos por meio das bandeiras? Quais são os significados da bandeira para os dois países? Como foi o processo de construção deste símbolo para os dois países ao longo dos séculos XIX e XX?

Esta pesquisa se baseia na abordagem qualitativa, voltada para o aprofundamento da compreensão dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2001). A adoção da abordagem qualitativa se justifica em função desse projeto ter como objetivo analisar algumas semelhanças e diferenças históricas relativas à construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos, algo, portanto, não quantificável. Buscaremos alcançar tal objetivo por meio da análise de um tipo de documento histórico: a bandeira nacional dos dois países.

A fim de fundamentar esta pesquisa foram utilizadas duas estratégias metodológicas principais. A primeira é a revisão crítica da bibliografia específica. O levantamento bibliográfico foi feito por meio da busca nas bases de dados do Scielo, Google Acadêmico e Minerva-UFRJ. Para isso, foram tomados como referência os descritores: identidade nacional, Estados Unidos, Brasil, símbolos nacionais; bandeira brasileira, bandeira estadunidense, utilizados em buscas simples e combinadas.

Após a realização do levantamento bibliográfico foram identificados treze livros/capítulos e vinte artigos de revista, totalizando trinta e três itens. Desse total de material bibliográfico localizado, foram selecionados quinze artigos e quatro livros de acordo com os seguintes critérios: estarem em língua portuguesa ou inglesa; abordarem temas gerais e específicos pertinentes à pesquisa; incorporarem autores de referência da historiografia brasileira; e haver

viabilidade de leitura e análise em função dos prazos estabelecidos pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio para a conclusão da monografia e do 4º ano do Ensino Médio. Assim, foi feita uma seleção de 19 textos a serem utilizados nessa pesquisa. Dessa forma, a quantidade e a qualidade dos textos selecionados permitiu que generalizações e afirmações fossem elaboradas e defendidas de modo fundamentado.

A segunda estratégia metodológica adotada ao longo dessa pesquisa foi a leitura crítica interna e a leitura crítica externa dos documentos históricos selecionados: as bandeiras nacionais do Brasil e dos Estados Unidos.

Contudo, antes de definir essa estratégia é importante deixar claro qual é a concepção de documento adotada nessa pesquisa. No campo da história, ao longo do tempo, conceito de documento foi quase sempre analisado como um registo dos acontecimentos do passado, identificado como texto escrito em versão impressa e/ou manuscrita. Todavia, ao longo do século XX, o conceito de documento foi ampliado, incorporando-se aos estudos históricos fotografias, mitos, pinturas e lendas, por exemplo, o que possibilitou a realização de uma crítica histórica tendo em vista suas formas e suas expressões simbólicas. Assim, nessa pesquisa adota-se a perspectiva de que todo e qualquer vestígio produzidos pelo homem e que tenha sobrevivido ao tempo é um documento histórico. (SAMARA; TUPY, 2007, p.117, p.118). Além disso, é preciso entender que nenhum documento é neutro, trazendo sempre, mesmo que não explicitamente, as visões do autor e/ou do órgão que o produziu, bem como as marcas do seu tempo. Até porque, os silêncios também têm significado. Isto deve ser sempre levado em conta pelos/as pesquisadores que analisam qualquer tipo de documento. Por isso, as relações entre texto e contexto (BACELLAR, 2005; SAMARA; TUPY, 2007; ARIÓSTEGUI, 2006).

Ao se avaliar as possibilidades de uma fonte documental é buscar perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer de acordo com a problemática de cada pesquisa. Documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender as necessidades específicas do momento. (...) Não obstante, devem ser entendidos em suas particularidades. (PINSKY, 2005)

Feita essa ressalva, destacamos que a estratégia metodológica da leitura crítica interna e da leitura crítica externa são fundamentais, pois permitem uma leitura que vá além da superfície dos textos (SAMARA; TUPY, 2007), sejam eles textos verbais ou não verbais. Dessa forma, as bandeiras nacionais foram analisadas de acordo com seus aspectos materiais, seus significados e simbologias, tais como as cores, a disposição das figuras, a geometria inclusa e, também, suas

proporções, incluindo uma especificidade da atual Bandeira do Brasil que apresenta um elemento verbal, a frase “Ordem e Progresso”, também incluído na análise.

Assim, a leitura crítica externa, também conhecida como análise contextual, corresponde ao contexto histórico desse texto e a sua autoria. Já a leitura crítica interna, conhecida como análise substancial, diz respeito à análise dos argumentos utilizados, das motivações, das intenções que o autor teve ao escrever o texto. Proporciona, dessa forma, uma leitura orientada baseada nas especificidades que trazem os objetivos e perguntas de pesquisa (ARISÓSTEGUI, 2006).

Diante da principal análise da pesquisa, as bandeiras nacionais oficiais, é necessário entender que o conceito de leitura não se restringe exclusivamente a elementos verbais. A leitura da imagem é muito importante e, segundo a autora Lucia Santaella (2012), citada por Beatriz Gaydeczka (2013),

(...) deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra (GAYDECZKA, 2013).

Desse modo, para ler uma imagem “é preciso desenvolver a observação de aspectos e de traços constitutivos presentes no interior da imagem, sem extrapolar para pensamentos que nada têm a ver com ela. ” (GAYDECZKA, 2013, p. 336). Portanto, a autora Beatriz Gaydeczka (2013) sugere sete questões-chaves para a leitura de imagens:

- Como as imagens se apresentam?
- Como indicam o que querem indicar?
- Qual é o seu contexto de referência?
- Como e porque as imagens significam?
- Como as imagens são produzidas?
- Como elas pensam?
- Quais são seus modos específicos de representar a realidade que está fora dela?
- De que modo os elementos estéticos, postos a serviço da intensificação do efeito de sentido, provocam significados para o observador?

Dentre essas perguntas três foram selecionadas a fim de ajudarem a nortear a análise das bandeiras, até mesmo por conta do tempo disponível para a elaboração da monografia e do tempo estipulado para a conclusão da mesma. As perguntas são: como as imagens se apresentam? Como indicam o que querem indicar? Qual é o seu contexto de referência?

Além dessas estratégias metodológicas principais, algumas orientações gerais também foram importantes para a confecção desse trabalho, todas citadas nos textos “Uso e mau uso dos arquivos” de Carlos Bacelar e “História & documentos e metodologia de pesquisa” de Eni Samara e Ismênia Tupy. De acordo com esses autores devemos considerar sempre que: um documento nunca é neutro; é importante desconfiar dos textos e de contextualiza-los; existe uma profunda relação entre texto e contexto; o anacronismo deve ser afastado da análise; é fundamental perceber que um texto tem sempre um emissor e um meio para a transmissão da mensagem que tal emissor deseja passar. (BACELLAR, 2005; SAMARA; TUPY, 2007)

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre esse tema surgiu a partir de uma curiosidade despertada em aprender e investigar sobre a construção das duas nações e de seus símbolos oficiais: a superpotência mundial e o meu país de origem, dois países colonizados e que tiveram escravidão africana em seus territórios, porém com processos de independência distintos. A motivação social para este trabalho foi a falta de trabalhos acadêmicos, sobretudo em língua portuguesa, em perspectiva comparativa.

A respeito da estruturação do trabalho, ele foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo foram abordados os conceitos que devem ser compreendidos para a análise da formação das nações e identidades nacionais E, no segundo capítulo é apresentada a análise das bandeiras nacionais do Brasil e dos Estados Unidos. Na conclusão busca-se apontar possíveis razões históricas que expliquem as semelhanças e diferenças os processos de criação (e adesão) das bandeiras como símbolos nacionais no Brasil e nos Estados Unidos.

CAPÍTULO 1 – NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL: CONCEITOS E CONTEXTOS

A ideia de nação começou a se impor a partir do século XVIII no Ocidente e marcou toda a política moderna e contemporânea. A palavra “nação” surgiu de uma necessidade de descrever grandes grupos fechados e diferenciá-los de outros que existiam. Este conceito foi explorado por muitos estudiosos nas Ciências Humanas, apresentando distintas interpretações até os dias atuais. Como, por exemplo, para o enciclopedista alemão Johann Heinrich Zedler (1706-1751), o conceito de nação significava originalmente "um número unido de *Burger* (...), os quais partilhavam um corpo de costumes, valores e leis." (*apud* HOBBSAWM, 1990, p. 30). Para a filologia, o primeiro conceito de nação indicava um sentido de origem e descendência (HOBBSAWM, 1990).

Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1990), o *Dicionário da Real Academia Espanhola* não apresenta a terminologia de Estado, nação e língua em seus sentidos moderno antes da edição de 1884. Sendo assim,

Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” – e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico (HOBBSAWM, 1990, p.27).

Desta forma, Hobsbawm cita o conceito de nação para a *Enciclopédia Brasileira Mérito* (1964, p. 581), publicada já no século XX, o que comprova sua tese de que nação é um conceito bastante recente. A nação aparece então definida como

“(…) a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado, excluindo o poder governamental” (HOBBSAWM, 1990, p. 28).

Destarte, o termo “governo” não foi ligado ao conceito de nação até 1884 e também a *tierra* não era vinculada com um Estado (HOBBSAWM, 1990). Nesse sentido, é notório que

nação apresenta significados diferentes ao longo do tempo e que nem sempre esteve associada ao que atualmente compreende-se no Ocidente. Sobre isso o autor Eric Hobsbawm (1990) afirmou:

Qualquer que seja o significado “próprio e original” (ou qualquer outro) do termo “nação”, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de *nação* é historicamente muito recente. De fato, outro monumento linguístico, o *New English Dictionary*, já sublinhava isso ao indicar, em 1908, que o velho significado da palavra contemplava principalmente a unidade étnica, embora seu uso recente indicasse mais “a noção de independência e unidade política” (HOBSBAWM, 1990, p. 30-31).

Para Vanderlei Kalina Silva e Henrique Maciel Silva, a *nação*, em seu significado mais simples e moderno “É uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade étnica, histórica, linguística e/ou econômica. O Estado seria (...) o setor administrativo de uma Nação” (SILVA; SILVA, 2009, p. 308).

É preciso, então, deixar claro que é importante definir que o conceito de *nação* deve ser utilizado e compreendido como uma construção historicamente determinada e como uma invenção que faz com que “(...) uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território (...) (SILVA; SILVA, 2009, p. 308) seja compreendida por seus membros como uma unidade. Tal unidade, contudo, é sempre construída e fruto das relações de poder. Assim, “(...) a ideia de *nação* é quase sempre uma construção elaborada por um grupo dominante que se atribui o papel de unir território e Estado a partir de sua cultura específica ” (SILVA; SILVA, 2009, p. 309).

Benedict Anderson, um cientista político, defende, em seu livro, que as *nações* são comunidades imaginadas. Estas comunidades estimulariam o sujeito a definir suas obrigações dentro deste grupo por meio de “práticas culturais e administrativas dos estados modernos” (NETO, 2017, p. 286). Ele também alega que o estado moderno em sua formação atuou na alfabetização e numa gramática comum com o objetivo de que os homens reconhecessem “nos jornais imagens comuns e narrativas coletivas” pois, assim, o leitor ao ler estes objetos se vê como uma parte desta comunidade a qual é imaginada (NETO, 2017, p. 286). Assim, o autor defende seu ponto de vista de as *nações*

São imaginadas porque mesmo os membros das menores *nações* nunca irão conhecer a maioria de seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um existia a imagem da comunhão deles. (...). De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nesta) são imaginadas.

Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (ANDERSON, 1983, p.6 *apud* NETO, 2017, p. 286).

As “invenções das tradições” são conjugadas às identidades nacionais com o objetivo de criar laços imaginários entre as pessoas, pois não há uma “comunidade natural”. Ora, sem a comunidade imaginada haveria apenas indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem algo em comum (SILVA, 2002). Dentre muitas tradições inventadas, nesse processo de construção de controle, a nação se apresentaria como a mais duradoura e resistente (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Segundo Hobsbawm e Ranger a “tradição inventada seria um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, com o propósito de inserir valores e normas através da repetição, recorrendo sempre que possível a um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 8) e este processo de “ligar” pessoas a uma comunidade imaginada é um “cimento de coesão grupal” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.23). E, para tal processo as bandeiras e os hinos nacionais são fundamentais. É possível observar nos casos das guerras, por exemplo, que o apelo a esses símbolos também (e não por coincidência) é alvo de grandes investimentos, capazes de fazer exércitos matarem e morrerem por sua nação (imaginada, construída, inventada e disputada historicamente). Para a historiadora Montserrat Guibernau,

A criação da identidade nacional corresponde a um processo complexo pelo qual os indivíduos se identificam com símbolos que tem o poder de unir e acentuar o senso de comunidade. Esse processo de identificação é um fluxo contínuo entre os indivíduos e os símbolos (GUIBERNAU, 1997, p. 94).

A escolha por estes símbolos nacionais e seus atributos – como bandeira e hino – das nações modernas são operações diretamente ligadas aos projetos nacionais de classes dominantes, que conseguem ocupar os Estados Nacionais por meio de governos e as relações de poder que estabelecem com outras classes sociais em contextos de desigualdade social, característicos do capitalismo. Assim, a seleção e imposição desses símbolos fazem parte de projetos de poder e lutas de classes. Sobretudo a partir do século XVIII, quando teve início o processo de consolidação da burguesia e do capitalismo nas sociedades ocidentais como um modelo hegemônico.

Segundo Eric Hobsbawm (1984), diante “dos conflitos de classe e da ideologia dominante, tornou-se difícil aplicar universalmente as tradições que uniam comunidades e desigualdades visíveis em hierarquias formais” (HOBSBAWM, 1984, p.18). Nesse sentido, e tratando caso britânico, o historiador inglês, afirmou que

(...) na medida em que as tradições inventadas como que reintroduziam o status no mundo do contrato social, o superior e o inferior num mundo de iguais perante a lei, não poderiam agir abertamente. Poderiam ser introduzidas clandestinamente por meio de uma aquiescência formal e simbólica a uma organização social que era desigual de fato, como no caso da reconstituição da cerimônia de coroação britânica. Era mais comum que elas incentivassem o sentido coletivo de superioridade das elites - especialmente quando estas precisavam ser recrutadas entre aqueles que não possuíam este sentido por nascimento ou por atribuição - ao invés de inculcarem um sentido de obediência nos inferiores (HOBSBAWM, 1984).

Em suma, a identidade nacional, as tradições nacionais e a nação são conceitos inventados e são recentes na história ocidental. Desta forma, os símbolos utilizados para representar nações, como bandeira nacional e hino nacional, tiveram sua seleção, criação e imposição sob dominação e hegemonia de classes. Sendo assim, os símbolos estão sempre em disputa, sofrendo apropriações e reinterpretações que são recorrentemente silenciadas pelos governos dessas classes dominantes que ocupam o Estado, por meio de governos representativos ou não.

É preciso, então, deixar claro que é importante definir que o conceito de nação deve ser utilizado e compreendido como uma construção historicamente determinada e como uma invenção que faz com que “(...) uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território (...) (SILVA; SILVA, 2009, p. 308) seja compreendida por seus membros como uma unidade. Tal unidade, contudo, é sempre construída e fruto das relações de poder. Assim, “(...) a ideia de nação é quase sempre uma construção elaborada por um grupo dominante que se atribui o papel de unir território e Estado a partir de sua cultura específica. ” (SILVA; SILVA, 2009, p. 309).

Em virtude desta imposição, as culturas que não fazem parte da classe dominante protagonista do projeto têm sido ao longo dos séculos XIX e XX excluídas ou subalternizadas nessa construção, com a justificativa de que os valores da elite são os verdadeiramente “nacionais”, os que melhor representam o território, ou ainda, tais elites se apropriam de determinados aspectos culturais das classes populares e, elegem alguns, para fazerem parte desse nacional. Todavia, este discurso dominante é uma invenção desta classe com o intuito de criar e

consolidar uma unidade nacional. Esta unidade - ou o desejo por ela - é muito presente na construção dos símbolos nacionais, os quais, são eleitos buscando-se que representem um passado mítico e glorioso para a nação, o que nem sempre corresponde ao que realmente ocorreu (SILVA; SILVA, 2009, p. 310). Portanto,

(...) grande parte dos constituintes subjetivos da “nação” moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da “história nacional”), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à “invenção das tradições” (HOBSBAWM, 1984, p. 23).

A construção de tais símbolos nacionais está sempre em disputa que envolvem relações de poder de determinadas classes dominantes. Historicamente, no processo de formação das nações no ocidente, é comum que os símbolos nacionais sejam onipresentes e facilmente identificáveis. Estes desempenham a função central de apresentar de forma marcante os valores e os conteúdos da autodefinição política da nação, os quais seus cidadãos devem conhecer e reconhecer como identidade política (JURT, 2012). Ou seja, os símbolos nacionais são elementos estratégicos e de extrema importância na “invenção” de uma nação e na identificação da sua população com ela. Assim, a bandeira e os hinos nacionais, por exemplo, “(...) são símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. (...). Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação” (HOBSBAWM, 1984, p. 20).

Assim, nesse processo de construção das identidades nacionais, também é usual o apelo a mitos fundadores, expressos nas bandeiras e nos hinos nacionais. Estes mitos se remetem a um passado no qual teria ocorrido um acontecimento heroico, épico ou monumental, que, em geral, teria sido obra de alguma figura “providencial” e, com isso, teria inaugurado as bases de uma suposta identidade nacional. Não importa se os fatos narrados são verdadeiros ou não; o importante é que esta identidade nacional gere sentimentos de afeto e pertencimento e, por conseguinte garanta estabilidade e fixação para estes mitos fundadores (SILVA, 2002).

De acordo com o antropólogo brasileiro, Everaldo Rocha (1996) citado por Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (2015), “O mito faz parte daquele conjunto de fenômenos cujo sentido é difuso, pouco nítido e, por vezes, múltiplos. Serve para significar muitas coisas, representar várias ideias, ser usado em diversos contextos”. Assim, segundo Alves Junior a partir das ideias de Rocha, esse tipo de mito pode ser definido como

(...) uma narrativa sempre contemporânea, mas voltada para um tempo muito antigo, por vezes, fabuloso. O mito não fala diretamente, ele esconde alguma coisa. Guarda uma mensagem cifrada. O mito precisa ser interpretado. Finalmente, o mito não é verdadeiro no seu conteúdo manifesto, literal, exposto, dado. No entanto, possui um valor e, mais que isto, uma eficácia na vida social (ALVES JUNIOR, 2015, p. 20)

Os processos de formação das identidades nacionais dos Estados Unidos e Brasil estão repletos desses mitos e as respectivas bandeiras nacionais desses países são expressão disso, como veremos no capítulo seguinte dessa monografia.

CAPÍTULO 2 – UMA ANÁLISE DAS BANDEIRAS NACIONAIS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

Um símbolo, de acordo com o dicionário *Aurélio*, “é tudo aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui alguma coisa”. Ademais, “aquilo que, por sua forma e natureza, evoca, representa ou substitui, num determinado contexto, algo abstrato ou ausente: ‘O Sol é o símbolo da vida’”, “A água é o símbolo da purificação.” Ou até o que tem um valor evocativo, por exemplo, a cruz simboliza o cristianismo (LUZ 2005, p.15 *apud* FERREIRA). A bandeira nacional, o hino nacional, o brasão das armas do país são símbolos que representam a pátria (LUZ, 2005).

Segundo o professor alemão, Jens Schneider (2004), um símbolo, como um discurso, adquire maior poder/intensidade/eficácia diante do contexto social no qual está inserido (SCHNEIDER, 2004). Desta forma, é possível pensar na hipótese de que em países desenvolvidos, as bandeiras e os hinos nacionais são projetos mais sucedidos do que em países subdesenvolvidos ou emergentes. O descontentamento de grupos sociais, favorecidos ou não, com o contexto social de um país pode fazer com que o poder desses símbolos decresça.

Todo símbolo apresenta um significado, pois sem ele não se pode representar nada. Outrossim, o símbolo, segundo Milton Luz (2005) só é legítimo “enquanto sua forma e conteúdo são integralmente respeitados” (LUZ, 2005, p.16-17). Esta afirmação é tendenciosa e extremamente patriota. Sendo assim, é importante destacar que diversos símbolos e seus significados podem ser modificados, como crítica política ou social e o significado não é, necessariamente, comprometido, mas sim reinventado, reapropriado.

As bandeiras começaram a se disseminar na Idade Média, porém estas, como nós conhecemos nos dias de hoje, estão relacionadas com o nascimento dos Estados Modernos, processo já explicado no capítulo 1. Segundo o bibliotecário e secretário da Sociedade Espanhola de Vexilogia (a ciência que estuda as bandeiras), José Manuel Erbez, citado pelo jornalista Guillermo Altares (2015), a necessidade de identificar a nação como símbolo surge no final do século XVIII e no início do XIX, justamente com a ascensão da burguesia, do capitalismo e dos estados nacionais, e “dessa forma surge a enorme carga simbólica das bandeiras”. Antes este

símbolo tinha apenas “a função de identificar objetos e comunidades com o rei, como indicar o barco do monarca” (ALTARES, 2015).

No momento em que a bandeira se torna um símbolo que identifica uma coletividade adquire uma “carga simbólica mais forte e mais emocional”. José Manuel Erbez, citado por Guillermo Altares (2015), diz que “as pessoas continuam precisando se identificar com um grupo, e a bandeira é um símbolo enorme: é uma forma simples de expressar uma ideia muito complexa”. Sendo assim, o autor destaca também que “ainda que se tenha chegado a um compromisso quanto à bandeira, há uma grande parte da população que nunca a aceita (...)” (ALTARES, 2015).

Os símbolos são muito significativos historicamente. A bandeira como símbolo nacional é necessária para a criação da ideia de que pessoas distintas, por nascerem em um mesmo território, são (supostamente) homogêneas, pertencentes da mesma nação. Joseph Jurt traz um exemplo emblemático disso:

Hitler compreendia bastante bem a importância dos símbolos para a consciência coletiva. Em 1923, concebera, ele próprio, a bandeira com a cruz suástica. Para satisfazer o meio nacional conservador, ele fingiu retomar as cores do Reich, das quais dispunha de outro modo. O fundo vermelho devia remeter à ideia social de movimento, o branco, ao nacionalismo e a cruz suástica, à vitória do homem ariano. A partir de 1935, o que foi a princípio um emblema do partido se tornou a bandeira nacional. Após o período nazista, na Alemanha, houve uma grande desconfiança em relação aos símbolos nacionais (JURT, 2012).

A bandeira, segundo o verbete mencionado pelo autor Milton Luz, é constituída materialmente por um “pedaço de pano, com uma ou mais cores, às vezes com legendas, que se hasteiam num pau, e é distintivo de uma nação, corporação, partido, etc.” (LUZ, 2005, p.35). Já para o escritor Conde Afonso Celso – um homem da elite brasileira do século XIX, diretamente engajado em um projeto nacional monarquista e ufanista - “a bandeira é o símbolo ótico da Pátria, como o Hino Nacional, o seu símbolo acústico” (LUZ, 2005).

A bandeira é composta de dois elementos básicos: a forma e o conteúdo. “Os elementos formais são o desenho, que inclui a forma, as proporções e as cores que lhe são peculiares e que a distinguem das demais bandeiras” (LUZ, 2005). “Os elementos de conteúdo, ditos subjetivos, são o significado que lhe é atribuído (e que se cristaliza com o uso e a tradição) e a mensagem que ela contém e transmite.” (LUZ, 2005).

Estes componentes são comuns a todas as bandeiras, tanto bandeiras de clubes quanto as bandeiras de países. Segundo o autor Luz, a importância deste símbolo aumenta na medida em que é preservado e que corresponde à realidade histórica. E, quando tal realidade histórica não é mais correspondida é imprescindível uma atualização deste símbolo (LUZ, 2005). Contudo, é necessário destacar, diante desta afirmação do autor, que a realidade histórica não é única e que tem sido como, em nações como Estados Unidos e Brasil, que grupos excluídos, como escravos, negros e índios, não tenham sido incluídos explicitamente na realidade histórica projetada pelas bandeiras e hinos nacionais. Logo, os símbolos nacionais fazem parte de projetos nacionais ou de grupos, majoritariamente, dominantes e estão imersos em disputas.

Desse modo, trataremos a seguir dos processos históricos de fundação da nação e dos símbolos nacionais, especificamente, as bandeiras, e seus desdobramentos no caso dos EUA e do Brasil.

2.1 O processo de invenção da bandeira nacional dos Estado Unidos após sua independência em 1776

Os Estados Unidos, como ex-colônia e nação independente, se formaram como tal a partir da ideia de nação uma única, por consequência da escolha do seu mito fundador, chamado de pais peregrinos (*pilgrim fathers*).

Ao longo do século XVII, a Inglaterra estava passando por uma série de transformações como, por exemplo, o aumento populacional, o avanço do capitalismo, a intensificação do êxodo rural e, também, perseguições religiosas (MACHADO, 2015), como é citado por Lilian Corrêa (2008, p.6),

Houve um aumento populacional e um crescimento ainda maior da produção de manufaturas, além de processos de cercamento territorial, os chamados *enclosures*, ocasionando a intensificação do êxodo rural, também devido à expansão da indústria e, evidentemente, o avanço do capitalismo (apud MACHADO, 2015, p. 417).

Tais mudanças, como o crescimento da população pobre nos centros urbanos e problemas causados pela fome e pela disseminação da peste negra, afetaram socialmente a

população europeia. Além disso, o período foi marcado pela Reforma Protestante, a qual estava fazendo com que pessoas que não seguissem a religião do Estado fossem perseguidas naquele país (MACHADO, 2015). Em virtude disto, partir para os territórios coloniais da América, ainda pouco explorados pela metrópole inglesa, acabou sendo a solução para indivíduos tidos como indesejáveis na Inglaterra. Entretanto, as pessoas acreditavam que ir para a América era ir a um lugar de prosperidade e de liberdade, o que por consequência atraiu essas massas (-MACHADO, 2015).

Foi nesse contexto que surgiu a ideia dos “pais peregrinos” como o primeiro grupo de europeus religiosos que, ao embarcarem no navio *Mayflower*, tinham como objetivo formar uma comunidade com “os preceitos bíblicos, com leis justas e iguais” (MACHADO, 2015, p. 417). Sendo assim, estabeleceram um pacto com esses objetivos e, assim, foi criado um documento que ficou conhecido como *Mayflower Compact* e foi utilizado como exemplificação para formar diversas colônias na América do Norte (MACHADO, 2105).

Figura 1: *Mayflower Compact*²

² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_do_Mayflower. Acesso em: 03 de dez. 2018.

54

*set by them done (this their condition considered) might
 be as firme as any patent; and in some respects more just.
 The forme was as followeth.*

*In the name of god Amen. We whose names are underwritten,
 the loyal subjects of our dread soveraigne Lord King James
 by the graces of god, of great Britaine, France, & Ireland King,
 Defender of the faith, &c.*

*Having understood, for the glorie of god, and advancement
 of the Christian, and honour of our King & Country, a waye to
 plant the first Colonie in the Northern parts of Virginia. And
 by these presents solemnly & mutually in the presence of god, and
 one of another, Covenant, & combine our selves together into a
 civill body politick; for the better ordering, & preservation & fur-
 therance of the ends aforesaid; and by vertue hereof to enacte,
 constitute, and frame such just & equal Lawes, ordinances,
 Acts, constitutions, & Offices, from time to time, as shall be thought
 most meete & convenient for the general good of the Colonie: unto
 which we promise all due submission and obedience. In witness
 whereof we have hereunder subscribed our names at Cap-
 Codd the 11. of November in the year of the raigne of our soveraigne
 Lord King James of England, France, & Ireland the eighteenth,
 and of Scotland the fiftie fourth. An. Dom. 1620.*

*After this they chose, or rather confirmed in John Carver (a man
 godly & well approved amongst them) their Governour for that
 year. And after they had provided a place for their gods, or
 common houses (which were long in building for want of tools,
 furniture of winter weather, and sickness of divers) and begun
 some small cottages for their habitation; as time would admit
 they made and consulted of Lawes, & orders, both for their
 civill & military government, as the necessities of their condi-
 tion did require, till adding therunto as urgent occasion
 in severall times, and things did require.*

*In these hard & dangerous beginnings they found some discontent
 & murmurings amongst some, and mutinous speeches & carriage
 in other; but they were soon quelled, & overcome, by the
 Lords patience, and just & equal carriage of things, by the
 god, and better part with stand faithfully together in the maine:
 but that which was most sad, & lamentable, was, that in 2.
 or 3. moneths time almost of their company dyed, & others
 in pain & feverish, being the death of winter, and wanting
 clothes & other comforts; being provided with the fewest &*

O mito dos “pais peregrinos”, tomado posteriormente no processo de independência como fundador da nação, apresenta fortes relações com os protestantes calvinistas puritanos e seus preceitos, pois formavam “uma vertente religiosa que se [dava] mais como modo de ser e viver, a partir dos princípios bíblicos, e que pretendia purificar a reforma protestante” (MACHADO, 2015, p. 417). Segundo a historiadora Carolina Machado,

Os puritanos se viam como o povo eleito descrito na bíblia, que estavam predestinados a construir uma nova Canaã. Para tanto a história estava confirmando essa crença dando-os uma nova Israel, a América, uma terra divina escolhida por Deus para que fosse povoada por esse grupo especial (MACHADO, 2015, p. 417).

Dessa forma, os colonizadores utilizavam o conceito de que Deus já havia destinado aquela terra a eles por direito e, assim, subjugararam os povos nativos e suas terras e justificavam sua ocupação (MACHADO, 2015).

Ao selecionar a vertente puritana para ser identificada com os pais peregrinos e tomando-os como os fundadores dos Estados Unidos, o mito passa a abranger somente a parte denominada WASP (White Anglo-Saxon Protestant) do país e a transformá-los em

herdeiros e hebreus. Assim a história dos Estados Unidos passou a determiná-los como uma nação exclusiva e excludente, já que não vieram da Inglaterra apenas religiosos puritanos brancos, e sim uma vasta e heterogênea população (MACHADO, 2015, p. 418).

Ademais, com a pactuação do *Mayflower Compact*, os pais peregrinos pretendiam criar “não só uma sociedade única, mas um modelo de organização mundial, que deveria ser seguido por todos; qualquer outra alternativa estaria caminhando na direção errada” (JUNQUEIRA, 2007, p. 167). A colônia construída por eles, santificada por Deus, tinha o intuito de ser uma cidade sobre uma colina e, também tinha a missão histórica de ser o exemplo transformador para o mundo (MACHADO, 2015).

Sendo assim, o crítico literário e cultural canadense, Sacvan Bercovitch afirmou em seus estudos sobre essa tal cidade sobre a colina, como sendo uma construção que

Identificava as metas pessoais com as da comunidade; fundia os conceitos de realização espiritual e social, de progresso privado e associado. Substituindo a hierarquia da aristocracia e da coroa do Velho Mundo por um novo modelo de autoridade – uma empresa em convenção, as formas da moderna corporação santificada pela profecia bíblica (BERCOVITCH, 1988, p. 146 *apud* MACHADO, 2015, p. 418).

Segundo esta análise, a comunidade de colonos da América Inglesa se consolidou com base na retórica bíblica fornecida pelo protestantismo puritano, denominada de teologia desse Pacto. Deste modo, Deus havia firmado um pacto e todos os indivíduos deveriam seguir os preceitos bíblicos em prol da comunidade. A sociedade puritana controlava a vida privada e pública desses indivíduos e os que não mantinham a moral eram punidos severamente, “já que os pecados individuais eram responsáveis pelo infortúnio de toda a coletividade” (MACHADO, 2015, p. 418).

Assim, entre os séculos XVI e XVIII, a Inglaterra possuía no Novo Mundo diversas colônias que se espalhavam do Caribe à região do Canadá e administrava seus domínios de forma irregular e autônoma, sobretudo ao que diz respeito ao território que ficou conhecido como 13 colônias, localizado na costa leste da América de Norte. O império inglês tinha um diferencial dos ibéricos, pois já havia passado pela Revolução Gloriosa³ (1688-1689) e, assim, o poder não

³ A **Revolução Gloriosa** foi quando Jaime II, católico rei da Inglaterra, foi removido do trono da Inglaterra, Escócia e País de Gales (Reino Unido) após tentar ampliar seus poderes e beneficiar a população católica da Inglaterra. Jaime

se concentrava apenas nas mãos do rei, era dividido entre o monarca, uma constituição e um parlamento (JUNQUEIRA, 2007). Conforme afirmou a historiadora Larissa Viana,

(...) o “Império inglês” funcionava como uma espécie de protetorado, formado por empreendimentos coloniais largamente privados, em contraste com as conquistas ibéricas e francesas, que lhes pareciam ser mais diretamente reguladas pelas metrópoles. A Inglaterra propiciaria, assim, inicialmente, maiores possibilidades de autogoverno para seus colonos. (...) desde a fixação dos primeiros colonos ingleses na América, a presença de uma genuína preocupação com a questão da representação política. O Estado inglês podia até estar ausente ou distante, mas a organização das câmaras destinadas a regular a vida social e política era considerada uma tarefa prioritária dos colonos. A participação política intensamente requisitada pelos colonos livres nos diferentes assentamentos estava fortemente ligada à cultura política parlamentar inglesa, em que uma monarquia de fato deveria governar com o Parlamento, este sim detentor por direito dos poderes do Estado. Se considerarmos a maioria dos ingleses livres que então migravam para a América, é razoável supor que faziam esforços para construir um sistema legal e representativo capaz de preservar as propriedades que pretendiam obter, bem como as liberdades de suas comunidades. (VIANA, 2012)

Assim, os colonizadores ingleses já controlavam no Hemisfério Norte, a partir de 1763, as 13 colônias continentais (Carolina do Norte, Carolina do Sul, Georgia, Virginia, Maryland, Pennsylvania, Nova York, New Jersey, Delaware, Connecticut, Rhode Island, New Hampshire e Massachusetts), além das recém reconquistadas da França, após a guerra Franco-Índia⁴ (1754-1763) (Quebec, Nova Escócia e Terra Nova) (JUNQUEIRA, 2007).

Ademais, o império inglês contava com 27 outras colônias mais lucrativas que as citadas acima, conhecidas como *British West Indies* (Índias Ocidentais Britânicas) as quais produziam majoritariamente açúcar, rum, melado e eram elas: Jamaica, Antigua, Barbados, Dominica, Grenada, Montserrat, Nevis, St. Kitts, St. Vicent, Tortola e Tobago. Estas colônias contavam com estruturas políticas e econômicas semelhantes às colônias que dominavam a baía de *Chesapeake*: Virgínia e Maryland, onde era predominante o sistema de *plantation*, um sistema agrícola, sustentado pela mão de obra escrava, latifúndio e monocultura (JUNQUEIRA, 2007).

II sofreu uma violenta oposição do parlamento e logo depois sofreu um golpe, pois o parlamento o substituiu por Guilherme III de Orange e sua esposa Maria Stuart. Este evento é conhecido também por Revolução sem sangue, uma vez que não houve, em grande parte, conflitos violentos. Desta forma, as principais consequências foram o fim do absolutismo monárquico britânico, o aumento do poder do parlamento, a estabilidade política e econômica e surgimento das condições necessárias para que, mais tarde, ocorresse a Revolução Industrial (SOUSA, 2018).

⁴A **Guerra Franco-Índia** foi um conflito gerado após uma desavença entre França e Inglaterra que se expandiu da Europa às Américas. Os índios já insatisfeitos com a colonização britânica aceitaram a aliança feita com a França e entraram na disputa pelas terras do Novo Mundo. A guerra teve fim no ano de 1763 com a vitória da Inglaterra graças ao seu exército regular e também aos seus colonos (JUNQUEIRA, 2007).

Desse modo, se consolidou nas 13 colônias uma espécie de tradição de governo autônomo com possibilidade mais ampla de participação política que na própria Metrópole:

(...) os colonos ingleses se inspiravam fortemente nas instituições e sistemas legais de sua terra natal, mas contavam, na América, com um benefício criado pela própria colonização. Na Europa, apenas uma pequena fração da população masculina escapava da condição de dependência econômica e social. A maioria dos homens não possuía, portanto, os requisitos de propriedade e renda que garantiam o direito de voto. Nas colônias da América, entretanto, essa situação se alterava em função da disponibilidade de terras e das oportunidades para adquirir recursos materiais que ampliassem as possibilidades de participação política. Afinal, a Coroa inglesa oferecia títulos de terra a uma variedade de pessoas envolvidas na colonização: comerciantes, idealistas religiosos, aventureiros e pessoas da nobreza, entre outros, potencializando assim o direito de participação política. (VIANA, 2012)

A crise desse modelo nas 13 colônias se iniciou com o fim da guerra Franco-Índia (1754-1763). Após este conflito, a Inglaterra saiu vitoriosa, porém fortemente endividada. Sendo assim, a vitória e as dívidas fizeram com que fosse implantada uma nova política imperial para as colônias. Várias medidas foram tomadas com o objetivo de aumentar o controle político e econômico sobre os colonos. Uma das primeiras medidas tomadas foi a limitação precisa do território da Coroa. “Essa decisão permitia que as terras além das Montanhas Apalaches fossem ocupadas pelos indígenas (...).” (JUNQUEIRA, 2007, p. 13). Nesse sentido, não agradou muito os colonos interessados, por exemplo, nas cabeceiras do rio Ohio, os quais eram “ilustres virginianos, grandes proprietários e donos de escravos” (JUNQUEIRA, 2007, p. 13) e um nome conhecido entre estes proprietários era George Washington⁵ (JUNQUEIRA, 2007).

Outra medida tomada foi denominada de *redcoats* (casacos vermelhos), que implantou um exército regular da Coroa com 10 mil homens, que tinha como objetivo patrulhar as fronteiras e controlar os índios que foram aliados da França na guerra. E, além dos colonos não gostarem da presença dos militares nos “seus” territórios, eles eram obrigados a contribuir para a manutenção dessas tropas (JUNQUEIRA, 2007).

Deste modo, com o intuito de amenizar dívidas internas e de melhorar o controle das colônias além-mar, a Inglaterra estabeleceu reformas no império. Os impostos implementados não se restringiam apenas as 13 colônias, mas passaram a ser cobrados em todo o império

⁵**George Washington** nasceu no condado de Westmoreland, Virginia, em 1732. George foi o primeiro presidente dos Estados Unidos da América, comandante do Exército Continental durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos e um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos (MCDONALD, 2000).

britânico e também dos súditos do rei que moravam na própria Inglaterra. Por estas razões, foi iniciado um impasse entre Inglaterra e seus colonos da América do Norte, pois enquanto a Coroa instituía regras e cobrava impostos, os colonos rebelavam-se e recusavam-se a aceitar o que a Metrópole determinava (JUNQUEIRA, 2007), reivindicando a manutenção da autonomia anterior, já pactuada entre os colonos/súditos e a Metrópole/rei.

Contudo, no contexto da crise, a primeira lei instituída pelo parlamento inglês foi a *Sugar Act* (Lei do açúcar) em 1765. Esta lei cobrava taxas sobre o melado e, por consequência, causou revolta nos comerciantes da Nova Inglaterra que contrabandeavam o melado para a fabricação de rum. Por conseguinte, os colonos declararam que não poderiam ser tributados, pois não tinham representatividade no parlamento, que esta ação era considerada tirania e, assim, ficou conhecida a expressão *no taxation without representation* (sem representação, não há tributação) (JUNQUEIRA, 2007). Sendo assim, “parte do conflito entre Londres e as 13 colônias britânicas se deu em virtude dos colonos não serem devidamente representados no parlamento” (JUNQUEIRA, 2007, p. 8), como ocorria com os súditos residentes na Inglaterra.

A insatisfação com a Inglaterra já era grande e, em 1765, ficou pior. O Lorde do Tesouro, George Greenville⁶, criou um novo tributo o *Stamp Act* (Lei do Selo), que tinha como objetivo colar selos em determinados documentos legais, incluindo contratos, jornais e outros, para indicar que haviam sido tributados. O descontentamento foi grande e atingiu os quatro cantos das 13 colônias e diversas classes sociais (JUNQUEIRA, 2007).

As casas das autoridades inglesas, especialmente as que haviam aplicado a Lei do selo, foram invadidas, as vidraças foram quebradas, os móveis destroçados, indicando que o descontentamento havia chegado a vários segmentos da sociedade” (JUNQUEIRA, 2007, p.18).

Sendo assim, em 1766, com grande pressão dos colonos, a Lei do Selo foi revogada, mas Inglaterra ainda passava por uma crise financeira e necessitava de medidas para melhorar a situação (JUNQUEIRA, 2007). Por esta razão, em 1770, após diversas mudanças no cargo de Ministro do Tesouro, *lord* North assumiu esse cargo, e em 1773, instituiu a *Tea Act* (Lei do Chá), que concedia à Companhia das Índias Orientais vender o chá diretamente aos colonos, o que reduzia as taxas alfandegárias, que por sua vez diminuía o preço do produto (JUNQUEIRA,

⁶ George Greenville nasceu em 1712 na Inglaterra, foi o primeiro ministro da Grã-Bretanha e autor da Lei do açúcar e da Lei do selo, as quais levaram a independência das colônias britânicas (THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA).

2007) e o lucro dos colonos. Eles “acreditavam que o chá barato era uma tentativa de obter receita à custa deles e, dessa maneira, reduzir ‘liberdades’” (JUNQUEIRA, 2007, p. 22). Os colonos revoltados com a situação não deixavam navios carregados de chá atracarem nos portos (JUNQUEIRA, 2007). Logo, era nítido que os mesmos não respeitavam mais as autoridades britânicas, que afirmavam ser ilegítimas em função da tirania e da quebra de um pacto entre súditos colonos e o rei, que por bastante tempo permitiu que os colonos exercessem suas atividades com autonomia. Portanto, em 1773, ocorreu o famoso episódio da *Boston Tea Party* (Festa do Chá de Boston), aonde “homens vestidos [ironicamente] como índios *Mohawk* – grandes guerreiros - tomaram os navios britânicos no porto e lançaram ao mar 45 toneladas de chá vindas das Antilhas” (JUNQUEIRA, 2007, p.22). Ao tomar ciência do que havia ocorrido, o rei da Inglaterra, George III (1733-1794) escreveu: “A sorte está lançada. Ou as colônias se submetem, ou triunfam”. A batalha dos colonos contra a Inglaterra estava apenas começando.

Segundo Larissa Viana,

Mesmo quando a Inglaterra tomou medidas para ampliar o controle sobre as colônias, a tradição do governo consensual, baseada nas assembleias locais, seguiu sendo muito importante. Na experiência política das treze colônias, o governo consensual significava governo representativo. Assim, os colonos, em geral, consideravam que suas assembleias deviam ser ao menos ouvidas quando novas leis eram criadas pelo Parlamento inglês. Também valorizavam, principalmente a partir de meados do século XVIII, o direito de protestar contra leis impostas pela metrópole que considerassem abusivas. O povo teria, então, o direito de se rebelar contra uma autoridade que julgava injusta? De acordo com a lógica da rebelião formulada nas treze colônias, sim. Esta lógica deve muito à própria tradição política inglesa, inspirada pela noção de um Estado de base contratual. As ideias do filósofo John Locke (1632-1704), parte relevante do repertório político da Inglaterra moderna, propunham a existência de um contrato imaginário entre o Estado e o povo. O objetivo deste contrato era garantir os direitos naturais dos homens, entre os quais se destacava a conservação da liberdade e da propriedade. Na visão do filósofo inglês, o povo poderia, se ameaçado, defender esses direitos através da rebelião. Se o Estado não cumprisse sua parte no contrato, portanto, a revolta seria legítima. (VIANA, 2012)

A Coroa inglesa assumia o risco de romper com o pacto com seus colonos e, após o ocorrido em Boston, impôs diversas medidas repressivas sobre as colônias, que ficaram conhecidas como *Coercitive Acts* (Leis Coercitivas) e *Intolerable Acts* (Leis Intoleráveis), dependendo do ponto de vista: se colonizador ou colono. Por esta razão, os colonos de Massachusetts convocaram um encontro com os representantes das 12 colônias (exceto o representante da Georgia não esteve presente) e, em 1774, ocorreu o primeiro congresso continental, o qual mostrava que os 13 representantes “declararam-se unidos pela preservação de

suas leis e liberdades através de ‘medidas pacíficas’, reafirmando lealdade ao rei e ao Parlamento, desde que os abusos cessassem” (VIANA, 2012). “A realização desse congresso (...), mostra que as 13 colônias inglesas haviam chegado a um acordo, mesmo que as diferenças entre elas fossem grandes (...). Elas estavam unidas com relação a alguns propósitos contra o governo inglês” (JUNQUEIRA, 2007, p.25).

O segundo congresso foi marcado para dali a 6 meses, porém a guerra entre Coroa e colônias ocorreu antes do esperado e, assim, os colonos enfrentaram o exército inglês por meio de milícias (JUNQUEIRA, 2007).

A primeira bandeira registrada surge durante este momento de conflitos contra a Metrópole. Esta era uma bandeira usada pelos colonos soldados com um fundo totalmente amarelo, uma cobra cascavel no centro e chamada de *Rattlesnake Flag - Don't Tread On Me* (Bandeira da Cascavel – Não mexa comigo) (Figura 2) como forma de desafio à Coroa Britânica.

Figura 2: *Rattlesnake Flag - Don't Tread On Me* (Bandeira da Cascavel – Não mexa comigo)⁷



Criada por um general, a bandeira dos colonos revoltosos tinha uma cobra cascavel pronta para o ataque no centro e abaixo a frase não deixava dúvida sobre o empenho dos colonos em defender a sua liberdade diante da Metrópole. Nesse sentido, é notório que os Estados Unidos nem sempre adotaram a cor vermelha, azul e branca, ou seja, a bandeira que conhecemos atualmente nem sempre existiu, foi uma invenção/escolha de uma classe social que estava a frente de um projeto nacional.

Logo após este primeiro embate, ocorreu o segundo congresso continental em que foi criado o exército continental liderado por George Washington e também formalizada a ideia de

⁷ Disponível em: <<https://cursosdeinglesnoexterior.wordpress.com/2012/07/02/a-historia-da-bandeira-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 03 de dez. 2018.

independência (JUNQUEIRA, 2007), isto é, de separação definitiva e irremediável da Inglaterra, o que ainda não tinha sido cogitado durante o primeiro congresso.

Durante os impasses entre a Coroa e os colonos, o uso de panfletos para disseminar ideias pelo vasto território da América do Norte foi recorrente. Sendo assim, o panfleto criado por Thomas Paine em 1776 foi um dos mais importantes, pois já destacava a ideia de independência e, além disso, utilizava argumentos que tinham referências no mito fundador dos Estados Unidos, os pais peregrinos, como, por exemplo, a reafirmação de que aquela terra era “divina”:

Um dos panfletos mais famosos da literatura política da Independência, o Senso Comum, permite recuperar o clima imprevisível vivido naquele momento. Seu autor foi o inglês Thomas Paine, que vivia na Philadelphia desde 1774 e era descrito pelos contemporâneos como radical e ousado. Publicado pela primeira vez em janeiro de 1776, o panfleto (não assinado) disseminou-se pelas treze colônias com grande velocidade, sistematizando argumentos relativos à Inglaterra como reino corrupto e decadente. Ele ressaltava a ideia de não haver vantagens, para as colônias, em sua ligação com a Inglaterra: *O sangue dos assassinados, a voz lastimosa da natureza grita É tempo de separar-se. A própria distância a que o Todo poderoso colocou a Inglaterra da América constitui prova forte e natural de que a autoridade de uma sobre a outra jamais foi desígnio do céu* (PAINE apud VIANA, 2012).

Os colonos representantes enviaram ao rei um último apelo reafirmando a lealdade ao rei e pedindo para que este atuasse a favor de seus súditos. O rei rejeitou a proposta e, por consequência, foram rompidos todos os laços da Metrópole com as 13 colônias (JUNQUEIRA, 2007). “Em 4 de julho de 1776 foi apresentado publicamente a Declaração de Independência da Inglaterra” (JUNQUEIRA, 2007, p.28).

Figura 3: Declaração de Independência das 13 colônias (4 de julho de 1776)⁸

⁸Disponível

em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_da_Independ%C3%Aancia_dos_Estados_Unidos#/media/File:United_States_Declaration_of_Independence.jpg. Acesso em: 03 de dez. 2018.



Logo após a declaração de independência definitiva das 13 colônias (Figura 3), foi necessário pensar qual modelo de governo seria adotado. A guerra contra a Inglaterra uniu as colônias, mas não criou objetivamente uma nação homogênea. Com isso, o país precisava se tornar (ou inventar na perspectiva adotada nessa monografia) uma unidade, mesmo com regiões distantes geograficamente e com distintos costumes e distintas práticas econômicas (KARNAL *et. all.*, 2014).

Ao longo do processo de independência, os colonos se contrapuseram à Metrópole com base na ideia de que receberam a missão divina de levar princípios morais da civilização ocidental (e protestante) para os povos bárbaros e inferiores. Desse modo, desde o processo de colonização e, sobretudo, de independência, foi se formando a ideia posteriormente consolidada de que “O expansionismo norte-americano, as intervenções políticas e econômicas externas e a transformação em uma superpotência mundial, seriam apenas a manifestação de um destino já reservado” ao país (MACHADO, 2015, p. 419), como se aquele território, os primeiros peregrinos e seus descendentes fossem predestinados.

Em virtude disso, com o intuito de compreender a formação da nação e a identidade norte-americana, esses mitos fundacionais são extremamente relevantes. Sendo assim, segundo a historiadora Mary Junqueira:

Os mitos são representações da realidade, construções culturais que evocam a memória, a nostalgia, reavivam crenças, além de oferecerem modelos de conduta para toda a comunidade. Nos Estados Unidos, o mito é tão espesso e forte a ponto de dificultar o trabalho do analista, pois realidade e mito se confundem (JUNQUEIRA, 2003, p.165).

O mito fundador americano é conhecido e cultivado até os dias de hoje. E, ajuda a fortalecer esta abstração para os cidadãos estadunidenses que acreditam nesta nação, na ideia de que esta terra foi realmente escolhida divinamente e tudo o que ocorreu é fruto desta decisão de Deus.

Nesta perspectiva, a frase “*pluribus unum*” (“de muitos, um”) foi utilizada como lema do novo país e está presente em muitos símbolos oficiais dos Estados Unidos. Esta representa o surgimento de um país unificado (KARNAL *et. all.*, 2014).

Os Estados Unidos não existiam. Quatro séculos de trabalho, de derramamento de sangue, de solidão e medo criaram esta terra. Construimos a América e o processo nos tornou americanos – uma nova raça, enraizada em todas as raças, manchada e tingida de todas as cores, uma aparente anarquia étnica. Então, num tempo pequeníssimo, tornamos mais semelhantes do que éramos diferentes – uma nova sociedade; não grandiosa, mas propensa, por nossas próprias faltas, à grandeza, e *pluribus unum* (STEINBECK, 1939 *apud* KARNAL *et. all.*, 2014, p. 11).

A maior dificuldade foi conscientizar todos que agora o inimigo maior, Inglaterra, tinha ido embora e deveriam entender que eram americanos livres e deveriam absorver os novos valores republicanos e de independência (KARNAL *et. all.* 2014). Dessa forma, é de extrema importância frisar que estes valores foram criados por brancos e eram direcionados apenas para os brancos, ou seja, excluía os escravos e seus descendentes e índios, que após a independência permaneceram como classes e grupos sociais (e étnico-raciais) marginalizados. Embora, é claro, tais grupos e classes tenham, ao longo da história dos Estados Unidos, se apropriado com perspectiva crítica de tais mitos e símbolos, reivindicando sua entrada e permanência na nação, em sua história e imaginário.

Contudo, nesse momento, os símbolos nacionais foram importantes para que os recém independentes, de distintos territórios, entendessem que faziam parte de uma unidade só, os Estados Unidos, e ajudaram também na criação da ideia de que eram um povo homogêneo.

Além dessa frase, a bandeira e a águia careca - animal típico da América do Norte - também foram estratégias escolhidas, e até hoje são utilizadas, para representar esta nação independente. No começo, alguns sugeriram que fosse um peru a representação do país, pois era uma ave típica da América e “era mais sociável e menos agressivo”. Entretanto, a águia foi a escolhida definitivamente (KARNAL *et. all*, 2014).

Entretanto, a bandeira norte-americana apresenta uma história mais complexa do que a escolha da águia, pois contou com algumas mudanças e baseada numa bandeira já conhecida no território britânico. A história da bandeira nacional americana é um tanto controversa por conta da tradição e dos mitos serem muito presentes e confundirem-se com a realidade. Até hoje há dúvidas sobre quem de fato projetou a primeira bandeira estadunidense (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Segundo o estudo oficial divulgado por uma fonte também oficial, *The Flag of the United States The Stars and Stripes*, o único relato oficial narra que essa bandeira nacional se originou de um modelo oferecido pelo *Comitê Marinho do Segundo Congresso Continental*⁹ na Filadélfia e adotada em 14 de junho de 1777. O Congresso não deu nenhuma instrução para quem, de fato, a confeccionou em relação ao arranjo das estrelas e nenhuma informação sobre o uso apropriado desta bandeira. Sendo assim, os historiadores não conseguem encontrar sua lei original (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

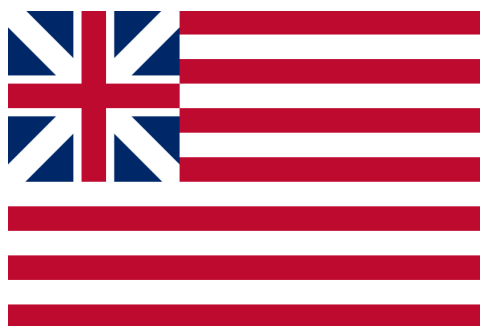
Até hoje há historiadores que consideram a primeira bandeira dos Estados Unidos, a bandeira da Grande União (*Grand Union flag*), porém o Congresso Continental nunca a adotou oficialmente. O modelo da bandeira é semelhante à bandeira da Companhia Britânica das Índias

⁹ Comitê Marinho do Segundo Congresso Continental era formado pelos delegados das Treze Colônias que teve início em 10 de maio de 1775, logo após a luta pela Independência começar (WIKIPEDIA, 2018).

Orintais (CBIO), a qual tinha a cruz vermelha representando *St. George*¹⁰ e a cruz branca representando o *St. Andrew*¹¹ (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

A bandeira da Grande União tem 6 faixas horizontais vermelhas e 7 faixas horizontais brancas alternadas. O cantão azul escuro exibia duas cruzes: a branca era a representação de *St. Andrew* e a vermelha *St. George* (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Figura 4: Bandeira da Grande União (1775)¹²



Todavia, a primeira bandeira oficialmente instituída nos Estados Unidos foi a bandeira *The 13 Star Flag 1777* (A Bandeira das 13 estrelas de 1777) e há evidências que Francis Hopkinson¹³ foi quem a desenhou (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001) e Betsy Ross¹⁴ quem a confeccionou. Esta bandeira também é conhecida como *Betsy Ross Flag* (Bandeira da Betsy Ross) (UNITED STATES CONGRESS, 1998).

¹⁰*St. George* era um oficial de alto escalão do exército romano, padroeiro da Inglaterra e tem sua comemoração no dia 23 de abril. O imperador Diocleciano havia torturado São Jorge para fazê-lo negar sua fé, porém ele mostrou extrema coragem e fé em Cristo e foi decapitado perto de Lydda na Palestina. Há muitas histórias fictícias sobre o santo, entre elas a mais conhecida é que ele lutou contra um dragão e o venceu. O dragão na idade média era a representação do diabo (JOHNSON, 2018).

¹¹*St. Andrew* é o santo padroeiro da Escócia que tem sua comemoração anualmente no dia 30 de novembro. A história do santo explica que este viajou para a Grécia para pregar o cristianismo, porém logo depois foi crucificado em Patras em uma cruz em forma de X. Isto é representado pela cruz diagonal, ou 'saltire', na bandeira da Escócia (BBC, 2018).

¹² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_da_Grande_Uni%C3%A3o>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

¹³Francis Hopkinson nasceu em 1737 na Filadélfia, Pensilvânia. Ele foi um advogado, um congressista de Nova Jersey, um dos signatários da Declaração da Independência, poeta, artista e distinto funcionário público. Ele, provavelmente, foi a pessoa que projetou a primeira bandeira dos Estados Unidos (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

¹⁴Elizabeth Griscom Ross (1752-1836), era uma costureira da Filadélfia, casada com John Ross, um estofador que foi morto em uma explosão em 1776. George Washington frequentava a casa de Betsy e a pediu para confeccionar a bandeira (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

De acordo com o estudo oficial do Congresso dos Estados Unidos (1998), durante a batalha contra a Inglaterra, diversas pessoas fizeram bandeiras para a nova nação como Cornelia Bridgets, Rebecca Young e a própria Elizabeth Ross, todas da Pensilvânia, e John Shaw de Maryland (UNITED STATES CONGRESS, 1998).

Figura 5: George Washington e Betsy Ross com sua bandeira



Legenda: A figura apresenta George Washington, o presidente do país na época, sendo apresentado a bandeira de Betsy Ross.

Figura 6: Bandeira das treze estrelas (1777)¹⁵



¹⁵Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Us_flag_large_Betsy_Ross.png. Acesso em: 04 de dez. 2018.

Figura 7: A bandeira das treze estrelas (1777)¹⁶



A primeira bandeira nacional oficial dos Estados Unidos exibia 13 estrelas e 13 faixas horizontais, as quais eram intercaladas vermelhas e brancas, e isto representava as 13 colônias britânicas (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Esta bandeira oficial esteve em vigência por 18 anos e o único presidente que serviu com esta bandeira foi George Washington (1789-1797), primeiro presidente dos Estados Unidos (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001). Essa bandeira foi instituída em 14 de junho de 1777, pelo o Congresso Nacional estadunidense, após a independência. A bandeira foi hasteada pela primeira vez em Fort Stanwix¹⁷ em 3 de agosto de 1777 (D. COOPER, 2011).

Os porquês da escolha das cores da bandeira norte-americana não aparecem nos relatos oficiais do país, porém o secretário do Congresso Continental, Charles Thomson, apresentou seu ponto de vista ao Congresso dos Estados Unidos, dizendo que o branco significaria a pureza e inocência e o vermelho, resistência e bravura. Estas cores formavam as faixas horizontais da bandeira. Já o azul, “a cor chefe”, que compõe o cantão, representaria a vigilância, perseverança e justiça. Em um livro publicado em 1977 pela Câmara dos Representantes narra-se que a estrela é um símbolo dos céus e o objeto divino, o qual o homem se inspirava desde tempos imemoriais e as faixas simbolizariam os raios de luz que emanam do sol (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

¹⁶ United States Embassy Stockholm. The Flag of United States The Stars and Stripes. Estocolmo, Suécia, 2001. (Pág. 13).

¹⁷ **Fort Stanwix** era uma fortaleza colonial inaugurada em 1762 pelo general britânico John Stanwix no local da atual Roma, Nova York. O forte foi construído para guarda um *portage* conhecido como o *Oneida Carry* durante a guerra Franco-Índia (1754-1763). O *Oneida Carry* foi um elo importante na principal rota comercial do século XVIII entre a costa atlântica da América do Norte e o interior do continente. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Fort_Stanwix. Acesso em: 03 de dez. 2018.

Logo após a Declaração de Independência, em 1776, cada uma, das 13 colônias, foi transformada em estado. A primeira foi Delaware em 7 de dezembro de 1787 e a última foi Rhode Island em 29 de maio de 1790 (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Em 1º de maio de 1795, a bandeira dos Estados Unidos foi oficialmente alterada sendo incluída duas estrelas representando dois novos estados: Vermont e Kentucky. Dessa forma, passavam a existir 15 estrelas e 15 faixas horizontais no desenho oficial da bandeira estadunidense. Durante 23 anos esta nova bandeira ficou em vigor os presidentes da república George Washington (1789-1797), John Adams (1797-1801), Thomas Jefferson (1801-1809), James Madison (1809-1817) e James Monroe (1817-1825) serviram nesse ínterim (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Figura 8: A bandeira das 15 estrelas (1795)¹⁸



Devido a inclusão dos novos estados, criava-se a necessidade de um documento oficial apresentando o que se deveria fazer com as futuras inclusões de acordo com o expansionismo territorial do país. Com isso, em 1818, foi decidido pelo reduzir e fixar o número de faixas na bandeira em treze simbolizando as 13 colônias originárias e a cada novo estado, uma estrela deveria ser incluída no cantão azul (D. COOPER, 2011).

Destarte, a tabela a seguir tem como intuito demonstrar todas as novas estrelas da bandeira oficial incluídas:

INCLUSÃO DOS ESTADOS AMERICANOS NA BANDEIRA OFICIAL

¹⁸ United States Embassy Stockholm. The Flag of United States The Starts and Stripes. Estocolmo, Suécia, 2001. (Pág. 15).

Ano	Estados	Nº de estrelas	Duração
1818	Indiana, Luisiana, Mississippi, Ohio, Tennessee	20	1 ano
1819	Illinois	21	1 ano
1820	Alabama e Maine	23	2 anos
1822	Missouri	24	14 anos
1836	Arkansas	25	1 ano
1837	Michigan	26	8 anos
1845	Florida	27	1 ano
1846	Texas	28	1 ano
1847	Iowa	29	1 ano
1848	Wisconsin	30	3 anos
1851	Califórnia	31	7 anos
1858	Minnesota	32	1 ano
1859	Oregon	33	2 anos
1861	Kansas	34	2 anos
1863	Virgínia Ocidental	35	2 anos
1865	Nevada	36	2 anos
1867	Nebraska	37	10 anos
1877	Colorado	38	13 anos
1890	Dakota do Sul, Dakota do Norte, Montana, Washington e Idaho	43	1 ano
1891	Wyoming	44	5 anos
1896	Utah	45	12 anos
1908	Oklahoma	46	4 anos
1912	Arizona e Novo México	48	47 anos
1959	Alasca	49	1 ano
1960	Havaí	50	Utilizada atualmente

Fonte dos dados: UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001.

A última inclusão foi o Havaí e aconteceu em 1960. Esta é a bandeira em vigor atualmente, a qual forma 50 estrelas referente aos 50 estados norte-americanos. Até os dias atuais, 12 presidentes serviram com esta bandeira: Dwight D. Eisenhower (1953-1961), John F. Kennedy (1961-1963), Lyndon B. Johnson (1963-1969), Richard M. Nixon (1969-1974), Gerald R. Ford (1974-1977), Jimmy Carter (1977-1981), Ronald W. Reagan (1981-1989), George Bush (1989-1993), William J. Clinton (1993-2001), George W. Bush. (2001-2009), Barack Obama

(2009-2017) e Donald Trump (2017- atualmente) (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Segundo, as regras oficiais instituídas, a bandeira deve ser hasteada do nascer ao pôr do sol em todos os dias que o clima permitir, especialmente no ano novo, no aniversário de Martin Luther King, no dia do Presidente, no domingo de páscoa, no dia das mães, no dia dos veteranos, no dia da bandeira, no dia da independência, no dia da Constituição, no natal, entre outros (UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM, 2001).

Em suma, a narrativa construída pelos Estados Unidos desde o processo de independência é baseada nos valores da união. E, esta é tão forte que, diferente do Brasil, há menos materiais acessíveis sobre conflitos e disputas relacionados à escolha dos símbolos que compõem explícita e implicitamente a bandeira norte-americana. Sendo assim, as fontes mais conhecidas (e acessíveis no Brasil) para tratar do processo de formação da nação estadunidense e de construção dos símbolos nacionais, são fontes oficiais, ou seja, fontes que dizem apenas o que querem, excluindo pistas mais contundentes sobre disputas relativas ao que fora instituído na época pela classe dominante branca. Esta estratégia permite que não exista dúvidas sobre o que as fontes oficiais dizem, como por exemplo os mitos fundadores, os estadunidenses acreditam com tanta intensidade neles que já tornou parte da história. Ressalte-se, porém, que por meio de uma pesquisa aprofundada nos Estados Unidos em língua inglesa, acredita-se que outras bibliografias já existam sobre o tema.

2.2 Os processos de invenção das bandeiras nacionais do Brasil no Império e na República:

A primeira bandeira brasileira foi criada após a independência do país, em 1822, com o objetivo de se ter um símbolo que representasse a nação em processo de constituição (JURT, 2012). Tal bandeira já tinha as cores verde, amarela e figuras de estrelas. Essas cores tinham forte relação com elementos históricos lusitanos e foram, em parte, ressignificadas quando utilizadas em 1822.

Assim, antes da independência do Brasil e no contexto português, a cor verde, já compunha uma bandeira branca, que seria um campo para um dragão (verde). Este dragão, uma figura mitológica, vencias as barreiras do espaço e do tempo. No primeiro projeto da bandeira do

Brasil independente em 1820 (Figura 1), a imagem do dragão verde estaria incluída com o intuito de representar os dragões da independência¹⁹ (LUZ, 2005).

Figura 9 – Primeiro projeto de Debret para a bandeira do Brasil independente em 1820 ²⁰



A bandeira do Brasil independente de 1820 apresentava um fundo totalmente verde retangular, um losango amarelo que encostava as pontas no retângulo. Havia 9 estrelas de 5 pontas de cada lado e uma no topo aumentada e centralizada; abaixo de uma coroa que remetia a coroas reais portuguesas. Uma cruz da Ordem de Cristo ao centro com a esfera armilar²¹ de ouro sobreposta e a figura mitológica do dragão logo abaixo.

O amarelo foi uma cor muito importante para os portugueses. Em 1250, a cor amarela marcava o brasão de armas de Portugal, logo após a guerra dos mouros que também é chamada

¹⁹ O **1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG)** oficialmente denominado como **Dragões da Independência**, é uma unidade do Exército Brasileiro, tiveram origem em 1808, quando a sede de Portugal foi transferida para o Rio de Janeiro. O príncipe D. João acreditava que era necessária uma tropa para zelar pela sede do governo e, com isso, os criaram. O Regimento participou ativamente em momentos culminantes da nossa História, tais como a Independência do Brasil, a Guerra Cisplatina e a Proclamação da República. Atualmente, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas tem como missão: guarnecer as instalações da Presidência da República; realizar o cerimonial militar representativo do Brasil; contribuir para a formação do cidadão brasileiro; manter as tradições equestres da Cavalaria; e participar de missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/presidencia/principais-tropas>. Acesso em: 24 de set. 2018.

²⁰ LUZ, 1999, p. 47.

²¹ **Esfera Armilar** é uma imagem que representa tridimensionalmente o cosmos. “Um objecto que circunscreve em si a representação da totalidade do que existe. A sua estrutura é composta por aros ou anéis (armilas em latim), frequentemente metálicos, que representam os círculos conceptuais correspondentes ao movimento do cosmos”. Este símbolo foi muito utilizado pelo rei D. Manuel I (1495-1521), o qual foi determinante para a expansão do Império Português (GODINHO, 2016).

de Reconquista²² (722-1492). Esta guerra foi fundamental para o processo de formação do Estado Nacional de Portugal e, com isso, passou a representar o ouro que havia nos castelos retomados dos mouros. Ademais, o amarelo representava o Reino de Castela (LUZ, 2005), ao qual, por muitos anos Portugal pertenceu antes da formação do seu próprio Estado Nacional no século XV.

Contudo, bem antes o verde já era conhecido, como já indicamos acima com o dragão. Mas além dele, na guerra dos portugueses contra os mouros (722-1492), os portugueses instituíram o verde como sua cor nacional. Afinal, foi durante os esforços para expulsão dos árabe-muçulmanos da Península Ibérica que houve a formação do estado nacional moderno em Portugal (LUZ, 2005).

As cores azuis e a branca, desde o fim do século XI, foram adotadas como cores do Condado Portucalense, fundado em 1097. Logo após, na batalha do Ourique, o primeiro rei do Condado Portucalense Afonso Henriques²³ (1109-1185) levou uma bandeira com estas cores e assim que começaram as primeiras vitórias contra os mouros, o monarca alterou o desenho, porém manteve as cores. (LUZ, 2005). Tais cores e referenciais, contudo, foram, em parte, ressignificados no contexto da independência do Brasil, da afirmação e da consolidação do Império (1822-1889).

O Império brasileiro foi fundado, em 1822, com o mito do Eldorado, este contém a promessa de um futuro magnífico para a nação. Entretanto, não foi estabelecido nenhum caminho para tal futuro magnânimo, e se afirmava que este estaria contido potencialmente no presente. Por um lado, este mito foi concretizado na bandeira no amarelo do ouro das minas, no verde das matas e no azul do céu do território brasileiro, pois era comum que os visitantes estrangeiros

²²A **Guerra de Reconquista** foi o processo histórico em que os reinos cristãos da Península Ibérica procuraram dominar a região durante o período do Alandalus. Este processo decorreu entre 722 (data provável da Batalha de Covadonga, liderada por Pelágio das Astúrias) e 1492, com a conquista do Reino de Granada pelos reinos cristãos. O controlo progressivo da península ganhou destaque por ter possibilitado a fundação de novos reinos cristãos como o Reino de Portugal e o Reino de Castela, precursores de Portugal e de Espanha. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconquista>. Acesso em: 23 de ago. 2018.

²³ **Afonso I**, também conhecido como **Afonso Henriques** e apelidado de "o Conquistador", foi o primeiro Rei de Portugal de 1139 até sua morte, anteriormente servindo como Conde de Portucale de 1112 até sua independência do Reino da Galiza. Após a morte de seu pai em 1112, Afonso tomou uma posição política oposta à da mãe, que se aliara ao nobre galego Fernão Peres de Trava. Pretendendo assegurar o domínio do condado armou-se cavaleiro e após vencer a sua mãe na batalha de São Mamede, em 1128, assumiu o governo. Concentrou então os esforços em obter o reconhecimento como reino. A independência portuguesa foi reconhecida, em 1179 e ganhou o título de rei. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_I_de_Portugal. Acesso em: 23 de ago. 2018.

enaltecessem a “magnífica natureza brasileira”, colaborando para a construção da tradição do Brasil como um “paraíso tropical” (LESSA, 2008, p. 244).

Por outro lado, as cores amarela e verde também representavam as famílias Bragança (dinastia do rei D. João VI) e Habsburgo (dinastia de Maria Leopoldina da Áustria), respectivamente, pais de D. Pedro I. O que também era um modo de afirmar a continuidade da presença do colonizador no comando da nova nação independente. Nesse sentido, a bandeira imperial consagrou o brasão bragantino (LESSA, 2008), da família da qual D. Pedro I era descendente direto. Além disso, a cor azul foi inserida na primeira bandeira do Brasil como uma referência aos brasões dos capitães feudais portugueses, que se tornaram donatários de terras logo no início da colonização. “O azul é o esmalte das armas de Aires da Cunha, o donatário do Maranhão (cunhas azuis sobre ouro); e das de Pero de Góis, donatário da capitania de São Tomé (lises azuis sobre prata)”. Desde então, o azul e o branco se tornarão frequentes nos símbolos nacionais brasileiros (LUZ, 2005, p.24).

Sendo assim, é possível admitir que os significados das cores, tanto no contexto português quanto no contexto brasileiro, foram conjugados num símbolo só e, até hoje, estes significados são empregados. O que ajudava a marcar a continuidade dos Bragança e da própria monarquia (absolutista) como sistema de governo. Todavia, o historiador contemporâneo Paulo Rezzutti afirma que “Esse negócio de verde das matas e amarelo das nossas riquezas é balela” e completa: “A explicação do verde das matas e do amarelo do ouro foi construída depois. Foi uma maneira tardia de a República tentar modificar o simbolismo original da bandeira, associado à monarquia” (VEIGA, 2018).

Além dessas cores, as estrelas são as figuras mais comuns de serem vistas em todos os nossos símbolos nacionais do Brasil, até hoje, estando presentes nas bandeiras, nas armas e nos selos, sendo, até mesmo, evocada no hino nacional (LUZ, 2005).

Jean- Baptiste Debret (1768-1848) – pintor francês e fundador da Academia de Belas-Artes do Brasil -, foi convidado pela família real para desenhar uma bandeira para o Império independente do Brasil (figura 11), pois já era um dos pintores preferidos da Coroa imperial (JURT, 2012). Debret compôs um retângulo verde com um losango amarelo. Com já foi dito a cor verde fazia referência à dinastia de Pedro I, a família real dos Bragança. Já a cor amarela correspondia à dinastia da mulher de Pedro I, os Habsburgo. A forma losangular amarela era remetida às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico, época recente e marcante no país

de origem de Debret (JURT, 2012), representando também a força do regime monárquico e imperial contra projetos de república, liberais-democratas (Figura 11).

Debret compôs um retângulo verde com um losango amarelo. Como já foi dito a cor verde fazia referência à dinastia de Pedro I, a família real dos Bragança. Já a cor amarela correspondia à dinastia da mulher de Pedro I, os Habsburgo. A forma losangular amarela era remetida às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico, época recente e marcante no país de origem de Debret (JURT, 2012), representando também a força do regime monárquico e imperial contra projetos de república, liberais-democratas (Figura 11).

Sobre o losango amarelo havia um brasão azul com uma esfera armilar sobre uma cruz (vermelha) da ordem de Cristo, envolvida por um anel azul, o qual carregava 20 estrelas de prata e, envolta da cruz estavam presentes dois ramos (um de café, o outro de tabaco) (Figura 12). A esfera armilar azul é conhecida também como “astrolábio esférico” e estava desde 1645 na bandeira do Principado do Brasil²⁴ (Figura 10).

Figura 10 – Bandeira do Principado do Brasil, 1645 ²⁵



Nessa bandeira (Figura 12) também havia 20 estrelas, que remetiam às então 20 províncias do Brasil (JURT, 2012). Os ramos inseridos na bandeira remetiam a uma ideia de economia em formação, conhecida como propaganda *avant la lettre* (LESSA, 2008). Um deles

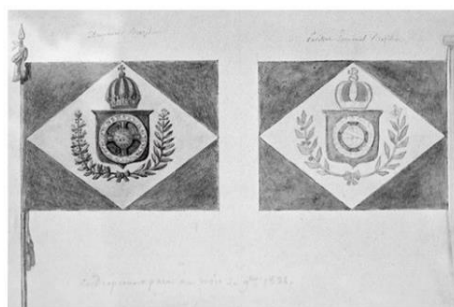
²⁴ **A Bandeira do Principado do Brasil** surgiu em 1645 com D. João IV nomeando seu filho Teodósio como “príncipe do Brasil”. Com isso, elevando o Brasil a um principado e assim surgindo a bandeira. Esta bandeira apresenta seu fundo branco e a esfera armilar de ouro ao centro, logo acima um globo azul e no topo a Cruz da Ordem de Cristo. Esta esfera é composta de dez círculos ou armilas (Figura 2).

²⁵ Disponível em: <http://vdrbandeiras.loja-segura3.com/Produto-BANDEIRAS-OFICIAIS-Historicas-Principado-do-Brasil-versao-408-7662.aspx>. Acesso em 09 de ago. 2018.

referia-se à produção daquele que já ia se tornando, na época, o principal produto/riqueza produzido no Brasil: o café (JURT, 2012). Para estes autores, os ramos de café e tabaco eram utilizados apenas para demonstrar o crescimento da economia no país. Entretanto, o café era cultivado para exportação e em sua maior parte na região do Vale do Paraíba (região leste de São Paulo e sul do Rio de Janeiro) em grandes latifúndios monocultores que utilizavam o trabalho escravo. O tabaco era também cultivado no Brasil e era de suma importância para os portugueses pois este era utilizado na compra de escravos na África para as lavouras de café. Ou seja, os ramos representados na bandeira remetiam às principais riquezas do Brasil (figura 12) naquela época. Além de expor para outras nações que a economia estava fértil, eles também indicavam para os escravos e senhores de escravos que o Império continuaria escravocrata.

O brasão e a forma típica da coroa imperial já eram uma tradição portuguesa (JURT, 2012). É possível observar que há duas cruzes nesta bandeira uma no centro (cruz vermelho a ordem de Cristo) e a outra está acima da coroa imperial. Portugal era um país católico e a religião do rei deveria ser a religião de seus súditos. Com isso, é possível entender o porquê da imagem de uma cruz na bandeira nacional e também explicar que a cruz acima da coroa demonstra a continuidade da igreja sobre o Império. O país continuava católico e não era admitido fé em outras religiões.

Figura 11 – Esboços da bandeira do Império brasileiro, por Jean-Baptiste Debret²⁶



Por conseguinte, a bandeira escolhida por D. Pedro I para ser a nacional do Brasil, logo após a independência, se diferenciou por ter seu “perfil específico”, contanto com as cores verde

²⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

e amarelo e a forma losangular. Não tendo havido mudanças na estrutura de base proposta por Debret em seu esboço (JURT, 2012), conforme pode ser visto na imagem abaixo (figura 12).

Figura 12 – Bandeira oficial do Império do Brasil, 1822²⁷



A partir da análise da bandeira e de seu contexto, encontra-se referências à vitória de um grupo social daquela época, pois houve a continuidade da monarquia portuguesa e dos colonizadores no comando do país cuja economia se sustentava na escravidão africana, na monocultura para exportação e no latifúndio e a Igreja continuava com poder no país.

Isto é, a bandeira do império estava relacionada com o projeto vitorioso de nação em 1822, o qual tinha grandes influências europeias e de parte espanhola da América Ibérica nas propostas políticas (ANGELO, 2015).

A bandeira pós independência foi consolidada pelo Decreto de D. Pedro I de 18 de setembro de 1822²⁸:

Havendo o Reino do Brasil, de quem sou Regente e Perpétuo Defensor, declarado sua Emancipação Política, entrando a ocupar na Grande Família das Nações o lugar que justamente lhe compete como Nação Grande, Livre e Independente; sendo por isso indispensável que elle tenha hum Escudo Real D'Armas, que não só o distingão das Armas de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto continente; e Desejando Eu que se conservem as Armas que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João VI, Meo Augusto Pay, na Carta de Ley de 13 de Maio de 1816 e ao mesmo tempo Rememorar o primeiro Nome que lhe foi imposto no seu feliz Descobrimento e Honrar as dezenove Províncias comprehendidas entre os Grandes Rios, que são seus limites naturaes e lhe formão sua integridade que Eu Jurei sustentar: Hey por bem, e com o Parecer de Meo Conselho d'Estado, Determinar o seguinte: - Será d'ora em diante o Escudo deste Reino do Brasil, em campo verde huma

²⁷ Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_da_bandeira_do_Brasil#/media/File:Flag_of_Brazil_\(1870%E2%80%931889\).svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_da_bandeira_do_Brasil#/media/File:Flag_of_Brazil_(1870%E2%80%931889).svg). Acesso em: 09 de ago. 2018.

²⁸ Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Decreto_de_D._Pedro_I_de_18_de_setembro_de_1822. Acesso em: 24 de set. 2018.

esphera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Christo, sendo circulada a mesma Esphera de dezenove Estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a Coroa Real Diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Caffé e Tabaco, como Emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor e ligados na sua parte inferior pelo Laço da Nação. A Bandeira Nacional será composta de hum parallelogramo verde e nelle inscripto hum quadrilátero rhomboidal côr de ouro, ficando no centro deste Escudo das Armas do Reino do Brasil. – José Bonifácio de Andrada e Silva, do Meo Conselho de Estado e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima o Senhor Rey Dom João Sexto e Meo Augusto Pay, e Meo Ministro e Secretário de Estados de Negócios do Reino e Estrangeiros, o tenham assim entendido e faça executar com os Despachos necessários. – Paço em 18 de setembro de 1822.

(ass.) Príncipe-Regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

O processo de independência do país apresentou algumas divergências até chegar a bandeira pós independência. E o momento fundacional da república não foi diferente, apresentou disputas na construção de seus símbolos nacionais como pode ser observado logo a seguir.

Desde 1884, a realeza se encontrava cada vez mais fragilizada, cada dia mais associada ao atraso e ao estrangeirismo, pois D. Pedro II enfrentava o diabetes e não representava mais seus momentos fortes: segundo Lilia Schwarcz “era quase um fantasma de si próprio, um fantasma da realeza”. Todavia, ao mesmo tempo em que perdia a “batalha política e ideológica”, o imperador se encontrava no auge de sua popularidade pessoal, pois era idealizado de forma mística como um “bom pai” que “com um ato caridoso abolia a escravidão”, ainda que fosse em pequenas doses pois a abolição definitiva ocorre em 1888 pela princesa Isabel. Apenas esta imagem idealizada de D. Pedro II que mantinha o regime monárquico no país (SCHWARCZ, 1998, p.665).

O Movimento Republicano estava cada vez mais forte nas cidades, formado por agricultores, profissionais liberais de São Paulo e, a partir de 1888, pela elite política do país que antigamente apoiava a monarquia, os cafeicultores do Vale do Paraíba, conhecidos também por ‘republicanos de última hora’, insatisfeitos com a abolição da escravidão (SCHWARCZ, 1998).

Os ex-escravos ficaram leais à Coroa e estavam dispostos a ficar contra os republicanos já que os seus ex-senhores haviam se tornado republicanos e assinalavam com a ameaça de revogação da Lei Áurea e/ou indenização. Assim, com José do Patrocínio²⁹ (1853-1905) na

²⁹ **José do Patrocínio**, um homem negro, nasceu no Rio de Janeiro foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e

liderança eles criaram a Guarda Negra, uma força paralela ao Estado que tinha como objetivo proteger a monarquia. O republicano Ruy Barbosa os definia como “um troço de maltrapilhos entoando vivas à monarquia e ao Partido Liberal”, uma “capoeraigem autorizada” (SCHWARCZ, 1998, p.670). Uma definição que naquele contexto histórico era comum às elites de uma sociedade extremamente desigual e recém-saída da escravidão.

Assim, os ex-escravos lutavam pela monarquia por continuar com um receio do novo regime revogar a Lei Aurea - proclamada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, quando estava no comando do país como princesa regente. Já os republicanos passaram a pressionar o Exército e, especificamente, Deodoro da Fonseca com o intuito de mostrar que o inimigo era a monarquia. Entretanto, Deodoro não se pronunciava claramente sobre a questão, pois segundo SCHWARCZ (1998, p.685), o Marechal teria dito: “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito” (apud CALMON e LYRA).

Mas, na madrugada de 15 de novembro de 1889, o Império foi derrubado por um golpe realizado por um grupo de militares (JURT, 2012). Entre os envolvidos neste golpe é possível citar Benjamin Constant³⁰ (1836-1891), o ídolo dos quadros positivistas da Escola Militar do Rio de Janeiro, o advogado Rui Barbosa³¹ (1849-1923) e, o marechal Deodoro da Fonseca³² (1827-1892) (JURT, 2012).

Na aurora do dia 15 de novembro, Deodoro da Fonseca invadiu a sala do conselho de ministros juntamente com seus soldados e obrigou o gabinete a demissionar. Cedendo à pressão dos republicanos, o marechal proclamou a “República dos Estados Unidos do Brasil”. (JURT, 2012, p. 489).

Republicano no país. Foi também idealizador da Guarda Negra, que era formada por negros e ex-escravos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_do_Patroc%C3%ADnio. Acesso em: 15 de ago. 2018.

³⁰ **Benjamin Constant Botelho de Magalhães** nasceu no Rio de Janeiro e foi um militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro. Este foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, foi nomeado Ministro da Guerra e, depois, Ministro da Instrução Pública no governo provisório. Na última função, promoveu a reforma curricular do ensino primário e secundário do Distrito Federal. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_\(militar\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_(militar)). Acesso em: 15 de ago. 2018.

³¹ **Ruy Barbosa de Oliveira** nasceu em Salvador foi um polímata brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Este foi um dos organizadores da República e coautor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais. Ele foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897), ocupando a cadeira n.º 10, ministro da Fazenda em 1889 e, também, deputado e senador. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa. Acesso em: 15 de ago. 2018.

³² **Manuel Deodoro da Fonseca** nasceu em Alagoas foi um militar e político brasileiro, primeiro presidente do Brasil, com o seu vice Floriano Peixoto, e uma das figuras centrais da Proclamação da República no país. Em meio a diversas crises que assolavam a monarquia brasileira, Deodoro liderou o golpe de Estado que depôs o Império e proclamou a república no país. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Deodoro_da_Fonseca. Acesso em: 15 de ago. 2018.

Em 17 de novembro, o imperador D. Pedro II saiu do Brasil para o exílio, logo após um oficial do Exército lhe dizer que o Governo Provisório republicano recém-proclamado não mais queria sua família e ele próprio em solo brasileiro. Temiam uma contra-ofensiva monarquista. O Imperador e sua família se exilaram primeiro em Portugal e, em seguida, em Paris, onde D. Pedro II morreu em 1891 (JURT, 2012, p.489).

Embora a monarquia estivesse em crise e o movimento republicano crescendo, a República foi proclamada inesperadamente pelos republicanos sem a participação direta do povo no ato da proclamação em si e, com isso, a tarefa de construir e expressar a sua legitimidade por meio dos símbolos era urgente. Entretanto, é sintomático notar que os republicanos não apresentaram um símbolo único e próprio para desfilar nas ruas e que tenha se popularizado. Assim, acabou ocorrendo uma “guerra de símbolos”. Os principais elementos em disputa foram a bandeira e o hino nacionais que foram fixados por decretos (JURT, 2012, p.490).

Os republicanos estavam indecisos entre quais símbolos utilizariam na bandeira nacional sob o novo regime. Não se tratava da ausência de iniciativas e tentativas de criar ou adotar uma nova bandeira, porém, em primeiro lugar, já existia a bandeira dos inconfidentes³³ que era uma presença comum em vários clubes republicanos. E, também, pelo menos duas versões de bandeira propostas nesse contexto, que se inspiravam no modelo norte-americano, já eram conhecidas pelos republicanos e uma delas foi a escolhida (CARVALHO, 1990).

A bandeira dos Estados Unidos do Brasil (Figura 13) foi proposta pelos republicanos do Rio de Janeiro, o que, segundo Jurt, tinha o objetivo de ganhar a simpatia dos liberais de São Paulo (JURT, 2012).

³³ **A bandeira dos inconfidentes** era uma opção pois, logo após a proclamação, os republicanos acharam necessário criar uma nova identidade nacional para o país. Com isso, foi pensando em eternizar Marechal Deodoro. Entretanto, o escolhido foi Tiradentes pois este nasceu em Minas Gerais, estado que tinha na época a maior força republicana e era um polo comercial muito forte. Assim, uma imagem de Tiradentes foi divulgada ao povo com características muito parecidas com Jesus Cristo e isto era o suficiente pois ele seria “Cristão da Multidão”. Sendo assim, Tiradentes foi transformado em um herói nacional, o qual, agradava tanto a elite quanto ao povo. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161339886/A-Bandeira-Dos-Inconfidentes>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

Figura 13: Bandeira dos Estados Unidos do Brasil, 1889³⁴



Esta bandeira pode ser considerada como a bandeira da Proclamação da República por ter sido levada em desfile e hasteada por José do Patrocínio (1853-1905), então vereador, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 15 de novembro, sendo recolhida apenas no dia 19 do mesmo mês (CARVALHO, 1990, p.111).

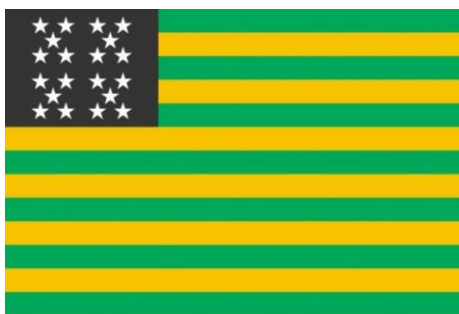
Segundo depoimentos feitos ao jornal *O Paiz*, em novembro de 1912, é possível concluir que tal bandeira fora criada pelos sócios do Clube Republicano Lopes Trovão para a recepção do líder republicano, Maximiano de Souza Barros, em 1888. Esses eram “republicanos jacobinos”, ala mais radical entre os republicanos do Brasil. Para eles, a ideia de liberdade que deveria guiar a república no Brasil seria aquela baseada na participação coletiva no governo. “Era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república: a liberdade do homem público, que ia de encontro à liberdade dos modernos, do homem privado, baseado no modelo de República dos EUA” (SILVA, s/d, p. 1). Mas esse projeto de república foi derrotado e o que se tornou hegemônico e se consolidou foi o projeto republicano das oligárquicas agrárias e escravocratas.

A ideia original para a confecção dessa bandeira (figura 13) conservava as cores verde e amarela, às quais remetiam a bandeira do Império, nas faixas horizontais. Fávila Nunes, um militar e jornalista, sugeriu que o quadrado tivesse um fundo negro para que pudessem homenagear a raça negra e as estrelas seriam bordadas com miçangas brancas (Figura 14). A bandeira foi confeccionada em uma alfaiataria de propriedade do republicano Souza Barros

³⁴Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/curiosidades/historia/sabia-que-a-bandeira-do-brasil-ja-foi-uma-copia-da-norte-americana--18588.asp>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

(CARVALHO, 1990). Contudo, é possível observar que a sugestão de Fávila Nunes não se perpetuou para as pessoas que logo após copiaram a bandeira e a divulgaram. Estas, ou mudaram a cor por questões estéticas, de estratégia política ou, até mesmo, por questões racistas, ou talvez pela combinação de todas essas razões (CARVALHO, 1990). Até entre os radicais republicanos homenagear a raça negra na bandeira nacional não era um consenso. Isso é uma pista do quão uma bandeira com essas características podia gerar conflitos e disputas ainda maiores ou mesmo do tamanho das cicatrizes que a escravidão e o racismo haviam deixado no país.

Figura 14: Bandeira sugerida por Fávila Nunes ³⁵



Os positivistas, e particularmente Teixeira Mendes³⁶ (1855-1927), da Igreja Positivista, se indignaram com esta bandeira “tão pouco nacional”, pois era uma bandeira que se assemelhava com outra nação e, com isso, designaram o pintor Décio Villares³⁷ para desenhar uma nova bandeira, que deveria representar a jovem república e, logo, a enviaram ao governo provisório por intermédio de Benjamin Constant (CARVALHO, 1990). O modelo de sociedade positivista se baseava no lema “Ordem e Progresso”, o que significava, na época, um novo começo nacional.

³⁵Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/curiosidades/historia/sabia-que-a-bandeira-do-brasil-ja-foi-uma-copia-da-norte-americana--18588.asp>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

³⁶ **Raimundo Teixeira Mendes** nasceu no Maranhão foi um filósofo e matemático brasileiro, autor da bandeira nacional republicana. Teixeira Mendes também era o vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil e influenciador de diversos eventos sociais no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Teixeira_Mendes. Acesso em: 15 de ago. 2018.

³⁷ **Décio Villares** nasceu no Rio de Janeiro e foi pintor, escultor e caricaturista. Matriculou-se em 1868 na Academia Imperial de Belas Artes e, quatro anos depois, viajou para a Europa, onde residiu cerca de dez anos. Converteu-se ao positivismo e esteve de volta ao Brasil, com a República, coube-lhe executar o novo desenho da bandeira nacional, nela imprimindo o lema "Ordem e Progresso" e a constelação do Cruzeiro do Sul. Disponível em: <http://www.bolsadearte.com/artistas/perfil/id/349/>. Acesso em: 25 de set. 2018.

Essa proposta de bandeira se ligava à tradição anterior em termos simbólicos, embora bastante marcada pela filosofia positivista” (JURT, 2012), algo novo.

Esta nova bandeira seguia indicações de Augusto Comte. “Segundo este, na primeira fase da transição orgânica da humanidade deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, com o acréscimo da divisa política ‘Ordem e Progresso’” (CARVALHO, 1990). Assim, voltaram à bandeira imperial e mantiveram o losango amarelo, o fundo verde e a esfera azul (CARVALHO, 1990). Entretanto, é possível perceber que o losango amarelo foi diminuído na bandeira da república, sem a perda da estrutura formal original (SEYSSEL, 2006). As estrelas que circulavam a calota na antiga bandeira, agora estavam dentro da calota, o brasão foi retirado junto com ramos de café e tabaco (CARVALHO, 1990). Essa releitura da bandeira imperial buscava uma transição entre o passado e o presente, nos moldes do Positivismo.

No lugar dos símbolos monárquicos, agora existia uma esfera azul-celeste coberta de estrelas de cinco pontas que a adornam e é envolta por uma faixa com o lema positivista. Estas mudanças foram propostas por Décio Villares. As estrelas representavam fielmente a disposição das principais estrelas que estavam no céu no dia 15 de novembro de 1889. Entretanto, além de representar o céu, estas também simbolizavam os 20 estados brasileiros em tamanho e posição. “A correspondência entre microcosmo (geográfico) e macrocosmo (celeste) vinha da filosofia de Auguste Comte, marcada por uma visão orgânica da história” (JURT, 2012, p. 492). “A simbologia Estrela-Estado foi retirada dos Estados Unidos da América, tendo sido usada já na bandeira imperial” (SEYSSEL, 2006, p. 103).

Algumas destas estrelas foram aumentadas e outras reduzidas, mas principalmente, o Cruzeiro do Sul, o qual foi referência para portugueses e espanhóis em suas expedições em direção aos mares do hemisfério sul, foi aumentado. “Esta ideia da continuidade correspondia igualmente à filosofia da história como evolução em fases, noção cara a Augusto Comte” (JURT, 2012, p. 492).

Contudo, a introdução da divisa “Ordem e Progresso” foi o que mais causou polêmica (CARVALHO, 1990). “A legenda é resumo da frase de Auguste Comte: “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim” (SEYSSEL, 2006, p.103). Esta estava em uma faixa que cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para direita (CARVALHO, 1990), a qual o autor Lucas Seyssel explica ter diversos significados:

A zona branca é dita explicitamente símbolo do zodíaco, e particularmente, da eclíptica-plano da órbita terrestre; havendo outros significados, dentre eles especificamente o do rio Amazonas; e que o País pertence aos dois hemisférios terrestres (SEYSSEL, 2006, p. 103).

Com a construção da bandeira, um grande número de críticos a ela surgiu na época, tais como Teodoro Sampaio, Santos Dumont, Osório Duque Estrada, Visconde de Taunay, Eduardo Prado e Eurico Goes. E, assim, sistematizou-se naquele contexto “As Sete Críticas Maiores a Bandeira Atual do Brasil” (SEYSSEL, 2006, p.105):

1. desprezo a tradição
2. erros de astronomia
3. uma legenda positivista
4. caso especial do Cruzeiro do Sul
5. simbologia sem fundamentos
6. inobservância heráldica
7. falhas na aplicação do Decreto 4º (SEYSSEL, 2006, p.105).

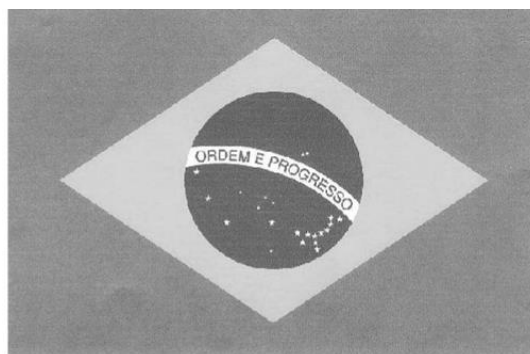
Enfim, o grau de disputa sobre a bandeira nacional após a proclamação da república pode ser atestado no próprio despacho que a instituiu, de autoria do então presidente, Marechal Deodoro: "A Bandeira Nacional, já tão conhecida, e reconhecidamente bela, continua substituindo-se a coroa sobre o escudo pelo Cruzeiro [do Sul]" (FONSECA *apud* POLIANO, 1986, p. 231).

O contexto da formação da república foi um contexto de muitas disputas entre grupos políticos distintos. Essas disputas são concretamente caracterizadas nas bandeiras pois não houve uma homogeneidade referente a escolha de tal.

É importante destacar que a bandeira brasileira atual teve seu projeto base com a bandeira dos positivistas de 1889. Com isso, a análise da bandeira atual não será realizada, pois este projeto tem foco apenas na análise das bandeiras nos momentos fundadores do Império e da República e seus desdobramentos. Entretanto, no meu ponto de vista é interessante apresentar as mudanças que ocorreram até os dias atuais, visto que as alterações foram poucas.

Figura 15 – Bandeira Brasileira, 1889.³⁸

³⁸ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2018.



A nova bandeira nacional entrou em vigor em 19 de novembro de 1889, conforme o Decreto n°. 4 (LUZ, 2005, p.30). Em 16 de abril de 1960, pela lei n° 48.124 ocorreu a primeira atualização da bandeira brasileira motivada pelo fato do Distrito Federal ter transferido para Brasília tendo como consequência a criação de um novo Estado da União incorporando a bandeira mais uma estrela representando o novo Estado da Guanabara. Em 24 de julho de 1936 um projeto de lei feito por Jorge Kalume³⁹ propunha a integração de mais uma estrela a bandeira, a estrela representando o Acre, mais novo Estado da União (LUZ, 2005, p.87-88) (Figura 16).

A bandeira nacional foi consolidada pelo Decreto n°4 de 19 de novembro de 1889, que instituiu os distintivos da bandeira e das armas nacionais e dos selos e sinetes da República⁴⁰:

O Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as luctas e as victorias gloriosas do exercito e da armada na defesa da patria; Considerando, pois, que essas côres, independentemente da fórmula de governo, symbolizam a perpetuidade e integridade da patria entre as outras nações;

DECRETA:

Art. 1° A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionaes - verde e amarella - do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda - Ordem e Progresso - e ponteadada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronomica, quanto á distancia e o tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o Municipio Neutro; tudo segundo o modelo debuxado no anexo n. 1.

Art. 2° As armas nacionaes serão as que se figuram na estampa annexa n. 2.

Art. 3° Para os sellos e sinetes da Republica, servirá de symbolo a esphera celeste, qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras - Republica dos Estados Unidos do Brazil.

³⁹ **Jorge Kalume** nasceu em Belém, no dia 3 de dezembro de 1920, descendente de sírios-libaneses. Se formou em técnico em administração e empresário ligado ao comércio da borracha e de gêneros alimentícios. Este foi prefeito de Xapuri (AC) (1955-1961), Deputado Federal (1963-1966), Governador (1966-1971) e Senador (1979-1987). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-kalume>. Acesso em: 24 de set. 2018.

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0004.htm. Acesso em: 24 de set. 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Sala das sessões do Governo Provisorio, 19 de novembro de 1889, 1º da Republica.
Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio
Q. Bocayuva
Aristides da Silveira Lobo
Ruy Barbosa
M. Ferraz de Campos Salles
Benjamim Constant Botelho de Magalhães
Eduardo Wandenkolk

Figura 16 – Disposição das Estrelas de acordo com cada Estado da União após lei n° 8.421⁴¹



Depois de muitas disputas sobre as estrelas na Bandeira do Brasil e como estariam posicionadas. Finalmente, em 1992 a lei n° 8.421 restabeleceu o significado “tradicional” das estrelas (LUZ, 2005, p.90), indicando qual estrela representaria cada estado, de acordo com a posição das estrelas no dia de 15 de novembro de 1889.

⁴¹ SEYSSEL, 2006, p. 104.

Figura 17 – Última versão da Bandeira do Brasil⁴²



No Brasil, está registrada na atual Constituição uma lei que torna obrigatório em todos os estabelecimentos, tanto de ensino público quanto de ensino particular, do primeiro e segundo graus, o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional. Entretanto, a Bandeira Nacional do Brasil apresenta desenhos complexos o que torna difícil ser corretamente reproduzida (LUZ, 2005), pois é uma bandeira pouco representativa para as culturas e grupos que foram excluídos dos projetos nacionais que tais bandeiras representam quando foram criadas, sendo assim, apenas uma minoria da época (1822 e 1889) era retratada. Além do mais, o texto da lei faz alusão a diversos termos técnicos difíceis de serem compreendidos por não especialistas (LUZ, 2005). Com isso, é possível inferir que também haja dificuldades dessa ordem na adesão a esse símbolo nacional no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴² SEYSSEL, 2006, p. 102.

O Brasil e os Estados Unidos se consolidaram como nação e tiveram seus processos de independência de formas distintas como já foi abordado. Nessa perspectiva, esse trabalho buscou responder: Como o processo de independência e da formação da nação em cada país pode ajudar a explicar a forma que as suas respectivas bandeiras nacionais assumiram e a adesão da população a elas?

Já sabemos que o Brasil foi consolidado com o mito do Eldorado e com grande atuação da Coroa Portuguesa em seu processo de independência, amplamente marcado por continuidades. O príncipe regente português, D. Pedro I, é quem proclamou a independência. Sendo assim, o Brasil ficou independente, mas com uma forte presença do colonizador (LESSA, 2008) e de suas estruturas de poder, como a escravidão e o Poder Moderador.

A continuidade pós-independência da Coroa portuguesa no território brasileiro é explícita na escolha da bandeira para representar a “nova nação independente”. As cores amarela e verde remetiam as famílias de Bragança e Habsburgo (JURT, 2012), o brasão escolhido para compor a bandeira era um brasão bragantino, da família que D. Pedro I era descendente direto (LESSA, 2008), os ramos de café e tabaco representando a continuidade da escravidão e é presente a imagem de uma cruz, representando a igreja (Figura 12). Ademais, o Brasil não se torna uma república logo após sua “independência”, ou seja, não rompe com o regime de governo anterior estabelecido pelo colonizador. A monarquia continuou sendo a forma de governar a nação e a escravidão continuava em larga escala.

Em um segundo momento de seleção de símbolos nacionais, logo após a abolição da escravidão, o Brasil ainda monárquico viveu um conflito, pois os republicanos queriam declarar a República de qualquer jeito e algumas pessoas, como os ex-escravos eram leais a Coroa, como já foi abordado na análise do Brasil. Desse modo, depois dos republicanos pressionarem tanto o Exército, a república é declarada por um golpe dos militares (SCHWARCZ, 1998).

Com a república declarada, a bandeira para representar esta nação apresentou conflitos e disputas de classes e grupos, como visto no capítulo 2. E, assim surgiram as bandeiras dos Estados Unidos do Brasil (Figura 13), a bandeira sugerida por Fávilla Nunes (Figura 14) e, enfim, a bandeira atual do Brasil (Figura 17).

Já em contraposição, o processo de independência dos Estados Unidos é diferente como já abordado. Com os problemas que a Europa estava sofrendo desde o século XVII, fez com que os

Estados Unidos fossem uma colônia de povoamento (sobretudo no norte). Os que vinham do Império Britânico estavam em busca de um novo local com prosperidade e liberdade religiosa para se viver. A nação se formou com base no mito fundador dos pais peregrinos, os quais até hoje são citados, um mito majoritariamente religioso que dizia que a terra era pré destina a eles por Deus (MACHADO, 2015).

Nesse sentido, a nação se formou com colônias que já possuía tradição de autonomia e autogoverno, mesmo sendo colônias. A Inglaterra estabelecia que homens tinham direito a voto caso tivessem certas condições econômicas e fossem livres, o que nas colônias era mais fácil para os brancos do que na Inglaterra, pois a disponibilidade de terras e de recursos bem maior (VIANA, 2012).

Na esteira desse processo, no momento em que as 13 colônias declaram independência, rompem com vínculos com a Inglaterra. Desse modo, as 13 colônias formam a nova nação do modo que querem, porém, excluindo nativos índios e negros dessa formação (JUNQUEIRA, 2007). E também é assim que a bandeira pós independência surge (Figura 6).

Ambos os países apresentam dimensões continentais, possuem extraordinárias riquezas naturais e foram formados por populações imigrantes (MADEIRA, 2001), forçadas e voluntárias. Entretanto, Portugal colonizou o Brasil com o intuito de explorar esta terra, uma colônia de exploração, em contraponto a Inglaterra colonizou os Estados Unidos num momento que passava por dificuldades e acabaram se formando colônias de povoamento, que também tinha exploração (sobretudo ao sul), porém essa não era a única vocação colonial.

Sendo assim, deve-se destacar alguns fatos, os quais são: o Brasil apresenta relatos, até mesmo em suas fontes oficiais, dos conflitos e disputas que tal símbolo sofreu, enquanto sobre o mesmo processo nos Estados Unidos não é comum ver bibliografias – ao menos de especialistas brasileiros e em língua portuguesa - que destoem dos estudos e versões oficiais, os quais exibem uma nação que não apresentou conflitos durante a sua formação e, além disso, exclui totalmente a voz de negros e índios que estavam presentes naquela terra também. Dessa maneira, os Estados Unidos utilizam esta estratégia para repetirem uma afirmação que eles impõem dizendo que são uma nação homogênea, havendo menos contradições e mais silêncios. O que são pistas importantes para se problematizar a maior adesão aos símbolos nacionais nos Estados Unidos que no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. *Interpretações da Liberdade: O dissenso Norte-americano levado aos tribunais (1983-1988)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, 2015.

ALTARES, Guillermo. *Que importância têm as bandeiras*. Madri. EL PAÍS. 2015

BARCELLAR, Carlos. *Uso e Mau uso dos arquivos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BBC. St. Andrew. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/andrew_st.shtml. Acesso em: 03 de dez. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, Letícia; RODRIGUES, Mateus. *Desfile de 7 de setembro leva 20 mil à Esplanada, em Brasília; veja imagens*, 2017. Disponível em : <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/desfile-de-7-de-setembro-leva-20-mil-a-esplanada-em-brasilia-veja-fotos.ghtml>>. Acesso em: 2 de out. 2017.

COOPER, Dyn. *A História da Bandeira Americana*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/60162688/A-Historia-da-Bandeira-Americana>>. Acesso em: 21 de nov. 2017.

COOPER, Rachel. *Fourth of July Fireworks 2017 in Washington DC*. Disponível em: <<https://www.tripsavvy.com/fourth-of-july-fireworks-1039999>>. Acesso em: 16 de out. 2017.

GAYDECZKA, Beatriz. *A importância da Leitura de imagens no ensino*. Educ. rev. vol.29 no.3 Belo Horizonte Sept. 2013

GODINHO, Carlos Eduardo Ferreira. *A Esfera Armilar de D. Manuel I: Visão Celestial e Providência Astral*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2016.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

JOHNSON, Ben. St George – Patron Saint of England. 2018. Disponível em: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofEngland/St-George-Patron-Saint-of-England/>. Acesso em: 03 de dez. 2018.

JUNQUEIRA, Mary. 4 de julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América. Lazuli, 2007.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. Rio de Janeiro. *Mana*, v. 18, n.3, Dec. 2012.

KRAAY, Hendrik. Sejamos Brasileiros No Dia Da Nossa Nacionalidade. *TOPOI*, v. 8, n. 14, p. 9-36, jan.-jun. 2007.

LUZ, Milton. A história dos Símbolos Nacionais. Brasília. Edições do Senado Federal, Vol. 47, p. xx, 2005.

MACHADO, Carolina Silva Horta. Estados Unidos: Identidade Nacional e permanência dos mitos fundacionais. Juiz de Fora, Minas Gerais. Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR, 2015.

MADEIRA, Angelica. *Novas Narrativas sobre os Estados Unidos*. 2001.

MCDONALD, Forrest. Washington, George. *American National Biography*. 2000. Disponível em: <http://www.anb.org/view/10.1093/anb/9780198606697.001.0001/anb-9780198606697-e-0200332>. Acesso em: 30 de nov. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTSERRAT, Guibernau. Identidade Nacionalismo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.

POLIANO, Luís Marques (1986). *Heráldica*. Rio de Janeiro: GRD.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. História & documentos e metodologia da pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. As barbas do imperador. Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Vanderlei Kalina. SILVA, Henrique Maciel. Dicionário de Conceitos Históricos. Disponível em: <<http://www.meuportalacademico.com.br/wp-content/uploads/2013/04/SILVA-K-SILVA-M.-Dicion%C3%A1rio-de-conceitos-hist%C3%B3ricos.pdf>>. Acesso em: 16 de out. 2017.

SEYSSEL, Ricardo. Um Estudo Histórico Perceptual: A Bandeira Brasileira sem Brasil. São Paulo. Universidade Estadual Paulista; Instituto de Artes, 2006.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Revolução Gloriosa"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-gloriosa.htm>>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. George Greenville: Prime Minister of Great Britain. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/George-Grenville>. Acesso em 02 de dez. 2018.

TEREZINHA, Maria. Patriotismo à flor da pele nos EUA. Disponível em: <http://www.bomdiaonline.com/noticia/25763/patriotismo-agrave-flor-da-pele-nos-eua>. Acesso em: 07 de dez. 2018.

UNITED STATES EMBASSY STOCKHOLM. The Flag of United States The Stars and Stripes. Estocolmo, Suécia, 2001.

UNITED STATES CONGRESS. Our Flag. Washington, 1998.

VEIGA, Edison. Dia da Bandeira: como as cores do símbolo brasileiro foram reinterpretadas para apagar ligação com a monarquia. BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46255976?ocid=socialflow_facebook. Acesso em: 05 de dez. 2018.

VIANA, Larissa. A Independência das Treze Colônias Inglesas na Inglaterra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://anphlac.fflch.usp.br/indep_treze_colonias_apresentacao. Acesso em: 10 de out. 2018.

WIKIPÉDIA. Bandeira do Brasil. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Bandeira do Brasil](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Brasil)>. Acesso em: 29 de nov. 2017.

WIKIPÉDIA. Companhia Britânica das Índias Orientais. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia Brit%C3%A2nica das %C3%8Dndias Orientais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Brit%C3%A2nica_das_%C3%8Dndias_Orientais)>. Acesso em: 21 de nov. 2017.

WIKIPÉDIA. Grito dos Excluídos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grito_dos_Exclu%C3%ADdos>. Acesso em: 6 de nov. 2017.

WIKIPÉDIA. Segundo Congresso Continental. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo Congresso Continental](https://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_Congresso_Continental). Acesso em: 04 de dez. 2018.